

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social

Vida longa ao rei: memórias e lutas de homens negros em diáspora

Paulo Sérgio Pereira Filho

Rio de Janeiro
2021

Monografia submetida à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Vida longa ao rei: memórias e lutas de homens negros em diáspora

Paulo Sérgio Pereira Filho

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mirella Farias Rocha

Rio de Janeiro, maio de 2021

Agradecimentos

Dedico estes escritos, aos filhos e as filhas do Sol, que emanam vida sobre as comunidades negro-africanas, iluminando as trilhas que temos a percorrer, e abençoam nossas trajetórias com cânticos, nos transmitindo saberes.

Aos meus ancestrais Idália, Benedita, Jovina, Francisco, que germinaram as sementes da minha árvore genealógica. E toda esta linhagem negro-africana, que me acompanha, e permitiu este processo de re-orientação.

Agradeço e peço bênção à Idália, minha tataravó, que geriu uma comunidade, no interior do Maranhão, no século passado, onde criou sua prole, e se faz presente nas memórias de minha avó, Maria Joana, a atual Matriarca. Minha ancestral viva, a qual criou uma base para que eu pudesse me ancorar, e me ensinou a nadar nas águas mais turbulentas, e retornar a nascente para me purificar.

A minha mãe, Ana Lúcia, de quem herdei a determinação e o temperamento, que me ensinou o sabor de dividir sonhos e angústias, a silenciar e gritar.

Aos homens e às mulheres, que me escolheram como família, e criaram-me no berço da melanina. Minhas maiores fontes de inspiração, com quem aprendi sobre a dualidade do masculino e feminino, balança em que tenho aprendido a me equilibrar. E lhes dizer que nem por um momento, me esqueço do quanto somos plurais: Ana Lucia, Maria Joana, Edson, Jaqueline, Ana Cristina, Ana Maria, Carlos André, Paulo Sérgio, Ana Carolina, Antônio Carlos, Ailton, Adilson, Jackson.

As minhas paixões mais extraordinárias, que regam meu espírito, e eternizam nossos encontros nas encruzilhadas da vida. Breno, Caia, Cristiane, Helena, Kharine, Natã, amizades nas quais enxergo o futuro.

Agradeço à minha orientadora Mirella Rocha, que embarcou comigo nesta empreitada, e tornou esta experiência a mais acolhedora e orgânica possível, uma troca, plena em produção e aprendizado.

Por fim, saúdo os meus mais novos, frutos do axé! Antônio, Carlos Gabriel, Emanuelle, Nadya. Luzes que habitam em meu peito, e o fazem porto, de cura. Marcando, assim, que somos início, meio e início.

“Domado eu não vivo, eu não quero ser o crivo, e ver minha mãe jogar rosas. Ô, sou cravo vivido dentre os espinhos treinados com as pragas da horta. Pior que eu já morri tantas, antes de você me encher de bala. Não marca, nossa alma sorri. Brilhar é resistir, nesse campo de fardas.”

Rico Dalasam

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso realiza a interlocução das masculinidades negras com a formação social brasileira, evidenciando as mediações e intersecções que influenciam na construção identitária dos homens negros, pautando como suas subjetividades são pluriversais. Para isso, este trabalho aprofunda-se nas dinâmicas sócio-históricas que percorrem as formas de ser e estar dos homens negros, na diáspora brasileira, durante o desenvolvimento dos modos de sociabilidade, do trabalho escravizado ao assalariado, e como a concepção de masculinidade hegemônica demanda a subordinação dos homens negros para a manutenção do sistema. Por fim, a análise do genocídio desta classe, sob a institucionalização do racismo na esfera penal do Estado, materializada pelas intervenções do Braço Penal do Estado, igualmente presentes nas políticas e direitos sociais, em uma sociabilidade estruturada pelo racismo, que criminaliza os homens negros, e configura-os como corpos matáveis e descartáveis para a manutenção da ordem social.

Palavras-chave: Criminalização da população negra; Masculinidades negras; Práxis negra; Racismo estrutural.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - A redenção de Can

37

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Proporção de ocupados negros e não negros em ocupações selecionadas

26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espelho	70
Quadro 2 - Banzo	74
Quadro 3 - Identidade	78
Quadro 4 - Autonomia	81

LISTA DE SIGLAS

BDPE - Boletim de Produção e Estatística
CAP - Coordenadoria de Atenção Primária
CAPS ad - Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras drogas
CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
DAGEP - Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
EUA - Estados Unidos da América
HESFA - Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros
NPRAD - Núcleo de Problemas Relacionados a Álcool e outras Drogas
OMS - Organização Mundial da Saúde
OS - Organização Social
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
RAP - Ritmo e Poesia
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SUS - Sistema Universal de Saúde
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

PRIMEIRA SESSÃO

1.1 Introdução	11
1.2 Objetivo	14
1.3 Metodologia	15

SEGUNDA SESSÃO

2.1 Pensando a Formação do Brasil: Trabalho, Sexo e Raça como Legados da Escravização	18
2.2 Racismo Na Conformação Da Subjetividade De Pessoas Pretas	31

TERCEIRA SESSÃO

3.1 Classes perigosas e masculinidades subordinadas: produção do homem negro como inimigo	47
3.2 O projeto de país para homens negros: Genocídio e necropolítica	56
3.3 Masculinidades Negras, Álcool e Drogas – Apontamentos para o Trabalho do Serviço Social	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS

85

REFERÊNCIAS

87

PRIMEIRA SESSÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Abordar um tema que passa pelas relações raciais é um exercício de dar sentido a minha experiência da graduação, justamente por ser uma profissão que compreende e intervém em uma sociedade racializada, mas cujo o curso, hegemonicamente apresenta um epistemicídio, que silencia possibilidades de intervenção e discussões teóricas indissociáveis a realidade social de uma nação moderno colonial.

O foco acerca da masculinidade, em especial como negros a vivenciam, tem surgido nos debates contemporâneos – tardiamente – posto que é da realidade de onde estes sujeitos partem, e em como isso interfere na prática cotidiana de sua vida concreta, condicionando-os como alvo, e não modelo, seja de masculinidade, seja de humanidade. Nesse sentido, o lugar de sujeito do autor está sendo considerado, tendo em vista a perspectiva que aborda Guerreiro Ramos (1955) sobre o “negro-vida” em relação ao “negro-tema”.

Considera-se também a experiência de estágio. O estágio, se realizou em um serviço de saúde física e mental, prestado aos cidadãos que fazem uso e abuso de substâncias psicoativas. O Núcleo de Problemas Relacionados a Álcool e outras Drogas (NPRAD), pertencente ao Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (HESFA), e de acordo com o perfil do usuário¹ realizado em 2019, na instituição, é demandado majoritariamente por homens negros. Logo, discutiremos a seguir a relação entre a política de drogas, racismo/formação social brasileira, e masculinidades negras.

O exercício de se aproximar do prisma da masculinidade performada por homens negros na sociedade contemporânea, exige compreender o processo de racialização, a partir da escravização de corpos africanos, que os submeteu dialeticamente a um processo de subjetivação. Desta forma, diversos povos étnicos

¹ Relatório elaborado no estágio supervisionado III, como requisito para a formação profissional, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEREIRA FILHO, 2019).

existentes em África, suas organizações coletivas, sua relação com a natureza, coleta, produção, alimentação, cultura, e espiritualidade foram destituídos da sua capacidade de autodeterminação, e impostas a eles e elas, novos moldes de relações objetivas e subjetivas, fundadas pelo cárcere negreiro, e modo de produção escravista.

O tráfico negreiro estabeleceu conexão entre diversos eixos continentais, utilizando a população escravizada como mercadoria e mão de obra. Sendo assim, criou-se uma relação de interdependência entre África, América e Europa, tendo a escravização como esfera produtiva, que contou com uma diversidade de fatores que ao longo de três séculos, possibilitou a emergência do Ocidente, abarcou marcos sócio históricos, como, a Revolução Industrial, por exemplo, e determinou condições estruturais da sociedade moderna, essencialmente coloniais².

A acumulação primitiva e as formas de controle de trabalho são pilares de ambos modos de produção, tanto o escravista quanto o capitalismo. Baseado nisto, é necessário pontuar que o trabalho é fundante de posições sociais e sujeitos sociais, nestes modos de produção, pois o tipo de trabalho a ser executado, e o valor do mesmo, articulam-se outras dimensões das relações raciais, geográficas, de gênero e sexualidade, desde o colonialismo.

O perfil do usuário é realizado anualmente pelos residentes da unidade, porém os mais recentes não constam o quesito raça/cor. Mediante a esta problemática, e sabendo a partir da minha observação, e experiência, que homens negros são majoritariamente os usuários do serviço da NPRAD, levei essa questão para minha supervisora, e ela expôs para os colegas que seria interessante perguntar o quesito raça/cor nos atendimentos. Alguns incorporaram, de pronto, o pedido, porém, percebi que a ideia foi se perdendo com o tempo, e eu era o único a continuar firme perguntando nos atendimentos em que participava. Em meu levantamento do perfil do usuário, consegui apenas realizar uma amostra de 25 prontuários, onde constatei que 84% são do sexo masculino, 16% do feminino, 36% negros (pretos e pardos), 12% brancos, e 52% não informado.

² Cf. Eric Williams (1975) e Clovis Moura (2014).

A sociedade contemporânea conta com múltiplas formas de violência, institucional, policial, doméstica, e é configurada por diversos tipos de discriminação social, racial, sexual, de gênero. Os usuários da NPRAD/HESFA, sinalizam a discriminação como o atravessamento mais forte, no que se refere, às suas relações com a esfera macrossocial, e que implica também na sua relação com as substâncias de que abusam. Os Grupos de reflexão, mediados pelo serviço social, são os espaços em que se sentem confortáveis para revelar suas vivências.

Enquanto profissão que atua na área da saúde, e presta serviços a estes usuários, há que se atentar a discriminação constante, que nossos usuários enfrentam ao acessarem os serviços do Sistema Único de Saúde, como: Hospitais, Clínicas da Família, postos de saúde e etc. Tais fatores são indissociáveis das categorias de classe, gênero e raça. Portanto, o intuito é priorizar este debate, convocar a categoria a apropriar-se de tais conceitos estruturais e estruturantes, assim como pensar a formulação de estratégias de intervenção, prezando pela transversalidade, para combater tais opressões, de maneira eficiente.

Investigar a questão das masculinidades negras, implica problematizar que os privilégios estruturais da masculinidade hegemônica não são concedidos ao homem negro, justamente por esta característica. Qual a relação entre a auto-determinação e a discriminação racial/social? Que danos essa tensão constante implica em nossas subjetividades? Como a imposição de uma identidade, essencialmente nociva, reflete em LGBT's e mulheres negras? Em um povo, deslocado continentalmente, coletivamente apartado, e socialmente vulnerabilizado?

Na direção das análises que contribuem para o debate dessas indagações uma hipótese articula o presente trabalho de conclusão de curso, qual seja: o racismo é fator central e determinante, na realidade social dos homens negros, então a opressão racial institucionaliza-os, em um modelo de masculinidade, estritamente violento, baseado na escravização de sua autonomia, esgotamento de sua capacidade produtiva, e que culmina no extermínio de seus corpos negros.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, o primeiro trata dos aspectos sócio-históricos experienciados pela diáspora africana, em terras brasileiras, que tipo de trabalho executava-se, sob quais circunstância, e como se dava esta divisão.

Compreendendo que esta dinâmica da escravização, gerou impactos que atravessam as subjetividades da população negro-africana, submentendo-os a experiências traumáticas diversas, e que se interseccionam com uma série de outras opressões.

O segundo capítulo, propõe uma densa e complexa reflexão, sobre o campo das masculinidades negras. Observando que há uma produção incessante de violências macro, e micro, contra estes corpos, pelos aparelhos estatais, as instituições públicas, e o conjunto da sociedade moderna, que definiu a experiência das masculinidades negras, a partir da violência. Em contrapartida, no decorrer de todo trabalho, será destacado a autonomia desses sujeitos, bem como a sua pluralidade, por meio de suas próprias elaborações sobre sua relação com a sociedade, e a resistência que produziram nos processos sócio históricos que enfrentaram. E partindo da compreensão dessa contradição histórica vivenciada por esse grupo social, serão propostos apontamentos, para a categoria profissional do Serviço Social, a fim de contribuir para o combate do racismo e epistemicídio, que apaga os sujeitos da história, e os retira da condição de usuário, de cidadania, de humanidade.

1.2 OBJETIVO

Colaborar com a produção de conhecimento do campo teórico das masculinidades negras, e relações étnicos raciais, estabelecendo uma interlocução com a categoria profissional do Serviço Social, orientando-a/desafiando-a – a partir das reflexões propostas por este trabalho – para o desenvolvimento de estratégias interventivas que dialoguem com a realidade de seus usuários.

1.3 METODOLOGIA

As abordagens e interpretações desenvolvidas neste Trabalho de Conclusão de Curso, baseiam-se em observação e prática profissional executadas no campo de

estágio, levando como base coleta de dados, os diários de campo. Nas palavras de Miriam Krenzinger e Joyce Vieira (2013):

Parte-se da premissa que o diário de campo é um excelente instrumento de sistematização da práxis profissional e da investigação da realidade social, dada a possibilidade de interlocução entre teoria e prática, da consolidação de uma postura investigativa e do avanço em questões relacionadas ao estágio supervisionado em Serviço Social (KRENZINGER & VIEIRA, 2013, p. 266).

Em conjunto a este procedimento, realizei pesquisa teórico-bibliográfica, documental e estatística, através de livros, arquivos, gráficos, planilhas, físicos e virtuais. O estágio do Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, até então, dispõe de 4 períodos supervisionados, com uma troca entre supervisor de campo e supervisor acadêmico, ambos contribuindo com orientações pedagógicas, éticas, técnicas e etc.

Durante o processo teórico-prático, materializado no estágio, os estagiários desenvolvem determinadas ferramentas de leitura e coleta de dados no campo de trabalho, caracterizados pelas seguintes avaliações: análise institucional, perfil do usuário, planejamento e projeto, e avaliação e monitoramento, todos estes documentos serão interseccionados com este Trabalho de Conclusão de Curso.

A academia como toda instituição pode ser um ambiente muito hostil e controverso, sobretudo para os que ocupam determinadas posições sociais. Contudo, e a despeito do que as ideologias capitalistas-racistas-patriarcais-sexistas especialmente em tempos (neo)liberais, se propõe a disseminar, as coletividades e as individualidades não são dicotômicas, e só tem a enriquecer o debate.

Pensando a partir de referências bibliográficas, que auxiliem o processo de reflexão a respeito da subjetividade e materialidade dos usuários do meu campo de estágio, destacaria *Frantz Fanon*, como um potencial propulsor, mas também atento ao que o que *Conceição Evaristo* denomina de escrituras, porque ainda que a sociedade contemporânea e sua prestação de serviços sejam perpassadas pelo racismo, classismo, machismo e afins. Estes mesmos sujeitos foram responsáveis pela sua construção, e o comprometimento geral dos que a compõem atualmente, deve ser com a sociedade, com nós, com o coletivo (FANON, 2008; EVARISTO, 2014).

A dimensão normativa do Serviço Social, detém documentos como o código de ética do assistente social de 1993, que visa a construção de uma ordem societária

livre de discriminações de gênero, sexualidade, raça e classe. Esse direcionamento, se expressa também no projeto ético-político da categoria, que necessita ser considerado na prática profissional nos espaços sócio-ocupacionais, assim como na formação profissional.

Importante ressaltar que o debate de gênero e sexualidade tem adquirido maior visibilidade social recentemente, e como um dos princípios do código de ética do assistente social de 1993 legisla, deve haver articulação da categoria de assistentes sociais com movimentos sociais. Também é necessário que seja feito o esforço de incorporar as pautas desses sujeitos políticos na grade curricular do curso de serviço social, localizando como elas dialogam com o desenvolvimento das forças produtivas, em âmbito mundial e nacional. Com o intuito de demarcar que as ditas expressões da questão social, derivam de uma estrutura que é capitalista, patriarcal, racista e heteronormativa.

É do dever da docência do curso, contemplar essa discussão na sua matriz curricular, através da revisão bibliográfica, do diálogo direto com os movimentos e domínio de políticas públicas e afirmativas que atuam na redução da condição de vulnerabilidade dos sujeitos em questão. Assim como certificar de que eles tenham voz e participação nos espaços de tomada de decisão.

Estar disposto a fazer com que a equipe enxergue raça, para que minimamente, sejam atendimentos humanizados, é saber a partir da minha vivência o quanto o nosso processo de subjetivação está relacionado com a questão do álcool e outras drogas, e ao mesmo tempo é se sentir desgastado e exausto, por ter esta mesma consciência. Expus isto, porque foi assim que ler Fanon (2008) e Evaristo (2014), de certa forma, me confortou e me renovou. Como, pessoa/profissional a elaborar um pensamento social que preze o coletivo, que rompa com dicotomias, hierarquias e abra caminhos para novas perspectivas e sujeitos, a partir de seus próprios saberes.

O método consiste no materialismo histórico-dialético, que permite analisar determinações tanto objetivas quanto subjetivas. O resgate da historicidade se faz necessário, por exemplo, para que haja a devida compreensão sobre o território central do município do Rio de Janeiro. Área pela qual a Coordenadoria de Saúde da Área de Planejamento 1.0 é responsável, sendo o território em que a

NPRAD/HESFA, localizada na Cidade Nova, abrange na sua prestação de serviços de saúde.

A área central do Rio de Janeiro pode ser considerada um espaço extremamente vulnerável e sucateado, em relação à prestação de serviços sociais, de acordo com as demandas e casos que se apresentam nas clínicas famílias para as equipes de saúde. Ao fazer o resgate dos processos sócio históricos que se deram nessa região ao longo dos séculos, é importante destacar que a região portuária, que implica em grande fluxo todo o território central, era o principal ponto de desembarque dos escravizados no Brasil durante o período colonial. Um grande contingente da diáspora africana que durante 3 séculos foi sequestrada de seu continente originário, era então submetida a uma lógica intensa de trabalho e produtividade por toda a região hoje conhecida como “Pequena África do Rio de Janeiro”, no centro da cidade. Há documentos que mapearam os locais onde ocorria a concentração, venda e também o enterro dos africanos escravizados - pois muitos sucumbiram à morte durante o tráfego dos navios negreiros - em pleno solo carioca.

O histórico racista da modernidade perpassa o projeto eugenista da nação, em que se almejava uma sociedade onde a diáspora africana não sobreviveria ao decorrer da história, principalmente por não ter o mínimo de respaldo do Estado que estava se constituindo nessa época. O que propiciaria atingir o ideal branco e elitizado de ordem societária. É possível identificar que as práticas de racismo institucional datam desde esse momento histórico (BENTO, 2009).

SEGUNDA SESSÃO

2.1 PENSANDO A FORMAÇÃO DO BRASIL: TRABALHO, SEXO E RAÇA COMO LEGADOS DA ESCRAVIZAÇÃO

Pensar a categoria trabalho, a partir do sistema escravista, concede elementos primordiais para compreendermos a interlocução existente entre trabalho, e os marcadores de sexo e raça, ao longo do desenvolvimento das forças produtiva, e do modo de sociabilidade como um todo. Afinal, foi pelo processo de colonização que elaboraram-se ferramentas de codificação de corpos, que determinam quais tipos de exploração os corpos marcados serão submetidos a que tipo de trabalho, e sob quais circunstâncias.

Em “Colonialidade de poder, Eurocentrismo e América Latina”, de Aníbal Quijano (2005), identifica-se que existem dois eixos fundamentais sobre os quais se desenvolvem o padrão de poder mundial atual, denominado capitalista, e que ambos partem, geograficamente, da América Latina. Tais eixos são a ideia de raça e as formas históricas de controle de trabalho, recursos e seus produtos, – as quais são assimiladas por esse novo modo de produção. O conceito de raça se caracteriza como a diferenciação cognitiva entre conquistadores e conquistados, a partir da qual vão se desenvolver identidades racializadas. Tais identidades são associadas a papéis sociais, devido à colonização, se articulando as formas de divisão de trabalho e exploração, fazendo com que cada raça ocupe determinada posição em uma hierarquia social (QUIJANO, 2005).

Angela Davis (2016), em “Mulheres, Raça, e Classe”, explica que a mulher escravizada, era tida como mercadoria, mão de obra a ser explorada, assim como os escravizados do sexo masculino. Segundo Davis (2016), as trabalhadoras agrícolas, durante a infância realizavam atividades domésticas, e após crescer, eram destinadas à lavoura. Além disso, as mulheres da diáspora africana, eram exploradas, e abusadas sexualmente para que gestassem mais mão de obra para ser destinada à escravidão (DAVIS, 2016).

A exaltação ideológica da maternidade - tão popular no século XIX - não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 26).

A população negro-africana, produzia valor, a colonização e exploração desses corpos constituíam a forma de geração e distribuição de riquezas daquela época. A acumulação primitiva e o racismo começam a ser traçados, concomitantemente, um não podendo ser desassociado do outro, afinal, foi a partir do sequestro, estupro, roubo de recursos, e escravização de corpos, que produziu-se o acúmulo de riquezas, do modo de produção escravista, ao longo das décadas (DAVIS, 2016).

A cultura de equiparar homens e mulheres negros(as), de descendência africana, a animais, parte da escravização, responsável por dar contornos a ideias racistas de que as populações colonizadas são, exclusivamente, meios de exploração. A hierarquia emergente caracteriza-se por critérios racializados.

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas(...) estão no mesmo nível de outros animais (DAVIS, 2016, p. 26).

Davis (2016), afirma que às mulheres negras era vedado o direito de gestar sua maternidade, e o mesmo valia aos homens negros quanto a sua paternidade, uma vez que o estupro cometido por parte de homens brancos sobre as mulheres negras³, levavam sua prole a herdar a condição de escravizado da mãe, o que somado ao fato de que, o próprio tráfico forçado da população africana, já executava uma desestruturação da comunidade, de suas famílias, o estupro que generalizava-se na América, acentou a problemática de interrupção das maternidades, e paternidades negras (DAVIS, 2016).

As condições às quais ambos sujeitos, protagonistas do mesmo processo, estavam submetidos era de violência generalizada e desestruturação das relações inter/intrapessoais⁴, referenciadas e produzidas em solo africano. A ancestralidade negro-africana, é fragilizada pelos invasores europeus, através da série de crimes que cometeram com os nativos do continente africano, e americano. Dando início a

³ Angela Davis explica que a ideologia da feminilidade, em contexto escravista, prevenia as mulheres brancas de exercer o trabalho produtivo.

⁴ Em um de seus textos, “Vivendo de amor”, a feminista negra estadunidense, bell hooks, reflete sobre o panorama geral da escravização, interferiu violentamente, na forma como, homens e mulheres negras(os), passaram a se relacionar, afetivamente. A autora, trabalha como as expressões mais violentas da escravização, tornaram muitos desses sujeitos mais suscetíveis, a reprimir a vulnerabilidade, como estratégia para escapar da dor, das perdas, das rupturas que perpassavam, seu cotidiano.

um processo de miscigenação fundamentado em relações de poder e violência, estupro.

A condição de escravizados, produziu violências gerais para homens e mulheres, porém, também dotados de especificidades. A cozinha e a costura, eram majoritariamente exercidas pelas mulheres, à medida que homens, majoritariamente, tendiam a caçar e cuidar da horta, mas não eram normas rígidas, e sem valor hierárquico algum.

Os homens negros, em contexto escravista, não eram encorajados a serem valorizados pelo seu gênero, pois isso levaria a uma ruptura interna, e os senhores necessitavam que todos e todas sujeitos escravizados, estivessem submetidos ao mesmo tipo de autoridade. Enquanto a força de trabalho feminina, quando tinha grandes potenciais de reproduzir ou serem amas de leite, eram exploradas sexualmente, de forma plena, objetivando a manutenção do período de escravização (DAVIS, 2016).

Ainda em relação aos homens negros escravizados, Deivison Faustino, articula em seu artigo, “O pênis sem o falo”, sobre as múltiplas determinações e violências que atravessam este grupo social, desde o período colonial. Para tanto, Deivison evidencia que “a divisão ocidental do trabalho gera um esquizofrênica cisão entre mente (razão), e corpo (emoção), levando a uma sobrevalorização do primeiro, em detrimento do segundo” (FAUSTINO, 2014).

A lógica ocidental, confirma sua validação, na gestão escravocrata que os senhores europeus, realizam sobre a população africana e sua diáspora, esgotando toda a produtividade e reprodutividade de homens, mulheres e crianças escravizados, retirando-os de sua autonomia, e aprisionando seus corpos, em condições e recursos de violência, escassez e desestabilidade. Não à toa, Frantz Fanon, dedicou anos de seus estudos a desvelar como as subjetividades negras são marcadas por um cissiparidades, do negro com seus pares, e do negro(a) em relação ao branco(a)⁵. Alavancando uma condição subjetiva de auto-ódio, negação de si, dos seus iguais, para almejar o ser o que não é, ser o sujeito que o destituiu de sua própria autonomia, ser branco(a) (FANON, 2008; FAUSTINO, 2014).

⁵ Reflexões desenvolvidas, principalmente, em seu livro, *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

Deivison (2014) explica como organizava-se a distribuição e organização do trabalho ocidental, naquele momento histórico, sendo dividido entre: controle e força bruta. Sendo, “os que controlarão a sociedade (administradores onipotentes), e os que executarão atividades braçais (os criados supermasculinos)” (FAUSTINO, 2014). No que tange aos homens negros escravizados, estes foram localizados enquanto força bruta, em contrapartida, os homens brancos, seriam os dotados de racionalidade, e aptos a exercer o controle.

Desta forma, os homens escravizados são estimulados a focar somente na sua capacidade física, para produção, fragmentando suas habilidades sociais, e reduzindo na esfera objetiva, e subjetiva, as atividades braçais. A desumanização dos escravizados é uma estratégia de controlá-los, afinal, o reconhecimento de sua aptidão plena os aproximaria da busca pela autonomia, tornando-os mais suscetíveis a se entenderem como coletivo e rebelar-se contra seus senhores(as).

O desenvolvimento do modo de produção escravista, as relações coloniais, e as resistências desenvolvidas pela população negro-africana, vão disputando a forma de organização social existente. Tal relação de disputa, demanda que o modo sociabilidade vá se atualizando, para continuar imperando. A contradição dialética, é elucidada por meio das lutas travadas e encabeçadas pelos negros em suas estratégias de defesa, como é o caso dos quilombos (FAUSTINO, 2014; MOURA, 2014).

O colonialismo europeu, em seus desdobramentos, irá demandar a constituição de formas de estabelecer relações, para preservar o desenvolvimento da ordem social vigente, de acordo com seus interesses. Assim, as questões de gênero e sexualidade, serão construídas socialmente, a partir da natureza biológica, que compreende o sexo dos indivíduos e a sua libido. A sociabilidade colonial e escravista estabelece como parâmetro de prover necessidades sociais, uma sociedade patriarcal, onde essa distinção sexual e reprodutiva exerce influência no comportamento social dos indivíduos (QUIJANO, 2005; DAVIS, 2016).

Helena Hirata (2015), em “Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa”, problematiza que a questão reprodutiva e sexual, é apropriada pelo patriarcado, que inicialmente irá denominar que o sexo possui finalidade exclusivamente reprodutiva, e que essa é a maneira natural e correta de relacionar-se. Assim, a heterossexualidade é concebida

como prática ideal e legítima. Ela, também assinala que pela forma como as relações de gênero e sexualidade foram construídas e reforçadas, é importante ressaltar que essa lógica se apresenta em um projeto societário que visa beneficiar determinados grupos econômica e politicamente, uma vez que o capitalismo se articula com a divisão sexual do trabalho no processo de acumulação do excedente (HIRATA, 2015).

Surge por conta dessa ideia, o gênero, que atribui papéis sociais específicos as pessoas, baseando-se no seu sexo. Historicamente essa divisão se deu, supervalorizando a figura masculina, que configura um papel de autoridade e provedor de necessidades, em detrimento da figura feminina, posta como servil e frágil⁶.

Refletindo sobre tais conclusões, e voltando, em “Mulheres, Raça, e Classe”, percebe-se que a reflexão sobre o imbricamento das questões étnico-raciais, de gênero e classes, encontra-se mais avançada nos escritos de Davis (2016), pois ela explica, e exemplifica como as mulheres escravizadas não eram concebidas apenas para fins reprodutivos, como para produtivos também, como já explicado acima. Da mesma forma, os homens negros, embora sejam do gênero masculino, são racializados, e seus corpos continuam a ser explorados, mesmo com o progresso do colonialismo, e escravismo para o capitalismo (FANON, 2008; DAVIS, 2016).

Assim, a sociedade moderna, se complexifica, e é alicerçada sobre as intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade. Cabe destacar que para que o capitalismo se desenvolvesse e seu projeto societário se configurasse enquanto hegemônico, o campo afetivo-sexual teve que ser padronizado. O padrão de relacionamento também configura domínio social, e se manifesta através da monogamia, assim como da heterossexualidade, que prevê que a sexualidade e o amor devem ser vivenciados a dois, e que esse casal seja composto por um indivíduo do sexo feminino e um do sexo masculino (HIRATA, 2015; DAVIS, 2016).

⁶ O conceito de relações sociais de sexo, e sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas, trabalhado por Helena Hirata, é pertinente, mas passível de críticas, já que as perspectivas sociológicas do feminismo francês, não se aproximavam da materialidade pertinente as relações sociais de sexo experienciadas por mulheres negras, ou racializadas, num geral, aliás, nem das relações sociais de sexo, experienciadas por homens negros, uma vez que homens negros estiverem longe de posições de poder, para exercer o papel de autoridade, assim como mulheres negras nunca haviam sido lidas como frágeis, muito pelo contrário, pois a condição de escravizados(as), mantinham ambos sujeitos, em condição de não humanidade.

Clóvis Moura (2014), sociólogo e historiador, clássico, no que se refere as questões pertinentes a população negra brasileira, discorre em sua obra “Dialética Radical do Brasil Negro”, sobre a transição do Escravismo para o Capitalismo, que no Brasil configurou-se como dependente⁷, e identifica como a questão racial é central neste processo.

Historicamente, os fatos apontam para uma exclusão da população negra, de todo e qualquer setor de participação que o modo de produção capitalista veio a inaugurar. O que se explicita na incorporação dos imigrantes europeus na operação dos maquinários, constituindo o perfil do trabalhador assalariado. Sendo esta, a classe que durante o desenvolvimento dos modelos de proteção social manteve uma maior proximidade com as políticas sociais, que objetivavam a materialização de direitos, do que outras parcelas da população. À exemplo disso encontram-se os negros e negras que foram compondo o exército industrial de reserva, configuração a qual não se modificou substancialmente nos momentos históricos subsequentes, possuindo rebatimentos nas dimensões econômicas, políticas e sociais (MOURA, 2014).

Soma-se a este cenário, o estímulo a política de embranquecimento, pois com os imigrantes ocupando os postos de trabalho disponíveis, as elites brancas e burguesas da nação brasileira, passaram a promover um projeto de branqueamento nacional, que prezava pela plena “higienização” de toda a população. O que foi justificado pela ideologia eugenista⁸, baseada no racismo científico (CARNEIRO, 2011; MOURA, 2014).

⁷ O capitalismo dependente é segundo Ruy Mauro Marini uma formação social que acentua até os limites as contradições do modo de produção capitalista. Se (sub)desenvolve atrelado ao imperialismo, como elo débil do sistema, em princípio como produtor de bens primários para o mercado mundial capitalista e posteriormente com o desenvolvimento de atividades industriais dependentes. O custo na periferia do sistema é a superexploração da força de trabalho. (MARINI, 2005)

⁸ A ideologia eugenista, e o capitalismo dependente estão, dialeticamente, entrelaçados, pois o projeto de civilização dos europeus, com o fenômeno da Revolução Industrial, que possibilitou que de senhores de escravizados, tornassem burguesia, era de que a sociedade moderna, rompesse com o que, segundo a ideologia racista deles, era tido como primitivo, ultrapassado, que seria a população negra-africana e toda sua práxis.

O iluminismo e o cristianismo, foram tecnologias desenvolvidas pelos europeus, que estimularam a colonização e a “pós-colonização”. O iluminismo, trouxe a razão do homem como centralidade, certo? E de qual homem se trata? Afinal, foi a partir da ciência que o racismo foi, inicialmente, justificado (ALMEIDA, 2018).

A articulação desses eventos: Escravização, Revolução Industrial, Racismo Científico, Capitalismo, são marcos que consolidaram os brancos como a classe dominante, donos dos monopólios, que as engrenagens do capitalismo, só vem a realçar sua supremacia sobre as violências sistemáticas contra a população negra (MOURA, 2014).

Justamente por isso, a tese de Moura (2014) de que o racismo está na gênese do Capitalismo Brasileiro e não será superado com o desenvolvimento da sociedade capitalista, se mostra verídica. O autor indica o colonialismo como um complicador étnico e mutilador e estrangulador cultural:

Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas [...] o componente africano [...] que veio consolidar com o seu trabalho, o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador porque impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados (MOURA, 2014, p. 175).

Clóvis Moura (2014), define o tráfico de escravizados como grande contribuição para o processo de acumulação capitalista. A dinâmica entre colônia/metrópole, propiciou o estabelecimento de uma nova forma de produção e distribuição de mercadorias, através do comércio triangular. Moura (2014), atribui sentido político às organizações dos quilombos, que rebelavam-se contra seus senhores, estrategicamente, em prol da busca pela liberdade dos seus iguais (MOURA, 2014).

A sociedade moderna emerge, com a necessidade de justificar e tornar as teorias racistas, preponderantes no imaginário social, da nação brasileira. Para contrapor, a noção de ameaça, atraso, e inferioridade, atribuídos a comunidade negro-africana, o homem branco, torna-se a referência de modelo universal em todas as dimensões da vida social. Consolida-se como esse representante do topo da hierarquia social burguesa, que goza de todas as condições de prosperidade, da sociedade ocidental, mas cujo, status está fundamentado na dominação e coerção

sobre todos os grupos étnicos-raciais, que foram socializados na violência, e pobreza (QUIJANO, 2005; CARNEIRO, 2011; FAUSTINO, 2014).

Sob quais circunstâncias, e condições a população negra encontra-se, no bojo do sistema capitalista? Excluídos de todos setores da esfera social, e obrigados, a submeter ainda as formas de trabalho mais subhumanas, mesmo em um momento histórico que o trabalho é predominantemente assalariado (MOURA, 2014).

Em 2013, o Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos(DIEESSE), e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), publicaram o documento intitulado “Os negros no trabalho”⁹, cujo estudo dispõe de dados, estatística e gráficos que analisam a inserção de negros e não negros no mercado de trabalho, e a partir de quais cargos.

Uma das conclusões deste levantamento apurou que “Negros se concentram nas funções de menor prestígio e valorização”¹⁰. A análise dos dados realizados pela equipe do PED, em parceria com a DIEESSE, explica que nas regiões metropolitanas há ocupações que compõem a base da estrutura ocupacional do país, e que movimentam grandes setores de atividade econômica do país.

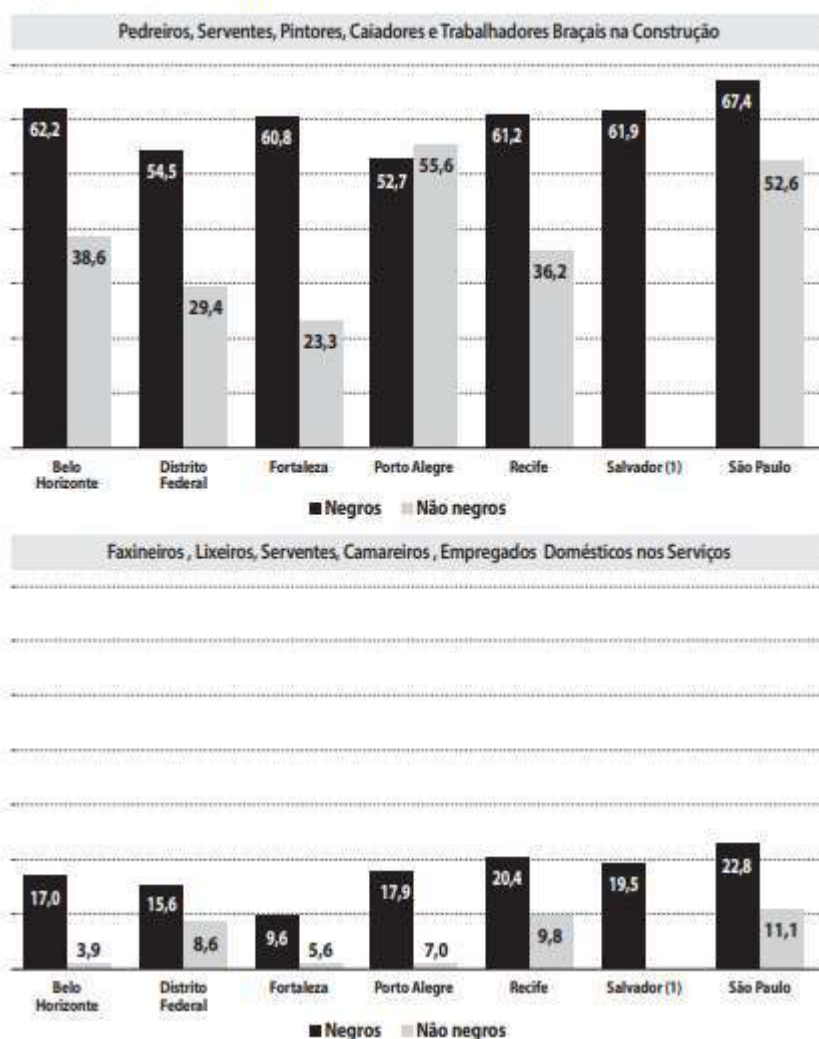
O estudo aponta que: “Nessas ocupações, quantitativamente importantes para todos, há maior intensidade de trabalhadores negros que de não negros.” Sendo estas ocupações formados por alfaiates, calceiros, camiseiro, costureiros, na *Indústria de Transformação*, por pedreiros, serventes, pintores, caiadores, na *Construção*, por vendedores, frentistas, repositores de mercadorias no *Comércio* e por faxineiros, lixeiros, serventes, camareiros e empregos domésticos, nos *Serviços*.

Como é possível visualizar no Gráfico 1:

⁹ Este levantamento, foi realizado, contando também com a contribuição do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, e financiado pelo Governo Federal.

¹⁰ Outras conclusões, que constam no estudo provam que os negros nessas ocupações seguem recebendo menos pelo seu trabalho; há “disparidades em relação a escolaridade de negros e não negros; e que a presença dos negros em postos de direção e planejamento, é rara” (PED, 2013).

Proporção de ocupados negros e não negros em ocupações selecionadas
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Biênio 2011-2012



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração – DIEESE Nota: Cor negra = pretos e pardos; Cor não-negra = brancos e amarelos.

Este estudo, não realiza intersecções de gênero e raça, em seus dados divulgados, os marcadores negros e não negros, são contrapostos e analisados aqui, mas a partir da coleta e interpretação dos diversos gráficos deste estudo, e referenciado nos autores citados até aqui, como: Angela Davis (2016), Clóvis Moura (2014), e Deivison Faustino (2014), que são extremamente competentes em aprofundar a dinâmica, fenômenos, e consequências da sociedade escravista na América, e convocando a interseccionalidade, como ferramenta para o combate ao epistemicídio, é possível pontuar que a condição do homem negro, de acordo com o desenvolvimento dos modos de produção, e a forma de trabalho, perpassa por uma interseccção (FAUSTINO, 2014; MOURA, 2014; DAVIS, 2016;).

Tal interseccção repleta de traços coloniais, que perpassa a constituição do grupo social de homens negros, está associada diretamente a questão do trabalho produtivo, exigido destes sujeitos, há mais de 5 séculos. Sendo ela, a hipermasculinidade, atribuída como expectativa social e norma, sobre estes corpos para que correspondam a brutalidade braçal, bem como ao estereótipo de agressivo e criminoso, que o mantém na condição de alvo a ser exterminado na sociedade capitalista (FANON, 2008; FAUSTINO, 2014).

Isto, também explica porque nos dados divulgados pelos estudos do Sistema PED, os negros, e negras, em 2011-2012, no que cerne aos níveis de escolaridade, correspondiam a “27,3% dos afro-brasileiros ocupados que não haviam concluído o ensino fundamental e apenas 11,8% contavam com o diploma de ensino superior, entre os não negros esses percentuais eram, respectivamente, de 17,8% e de 23,4%” (PED, 2013).

Na sociedade capitalista, ainda mais, na brasileira, em que houve a marginalização extensiva de negros e negras do mercado de trabalho, para que os imigrantes europeus ocupassem estes cargos, a contratação estabelece a escolaridade como critério para qualificação. A população negra, segue majoritariamente exercendo o trabalho informal, cuja remuneração é instável e subvalorizada, além de estar fora do alcance da seguridade social, principalmente da previdência, que ficou resguardada aos brancos imigrantes (MOURA, 2014).

Levando em conta também que o contexto capitalista, acentua as desigualdades de gênero e raça, muito por conta das divisões no mercado de trabalho, do tipo de trabalho a ser exercido, e pelo que Helena Hinata trata em seu texto, o desenvolvimento das forças produtivas necessitou da mão-de-obra feminina, para exercer trabalhos voltados para a reprodução social da força de trabalho, assim como atividades destinadas ao cuidado dos trabalhadores: definido por Helena Hirata (2015) como, o *care* (HIRATA, 2015).

O trabalho de cuidado foi exercido por muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, com os idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais. O desenvolvimento das profissões relacionadas ao cuidado, a mercantilização e a externalização desse trabalho foi consequência de um lado, do envelhecimento da população e, de outro lado, da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho, tanto na França como no Brasil (HIRATA, 2015, p.9).

Partindo, deste fato, há que se contrapor 2 pontos. O primeiro é, se as mulheres, principalmente, durante o desenvolvimento do monopólio capitalista, estão mais socialmente condicionadas pela divisão sexual do trabalho, a exercer funções voltadas para a reprodução social (HIRATA, 2015). O que acontece com a força de trabalho dos homens negros? Ora, como desenvolvido ao longo deste trabalho. O homem negro, sistematicamente, desde a colonização da América, é condicionado a exercer atividades braçais. Logo, com a generalização do capitalismo, estes cargos que demandam a força física, ou qualquer atributos ligados a hipermasculinidade, serão ocupados pelos homens negros (FANON, 2008; FAUSTINO, 2014).

Trabalhos com um alto teor de precariedade, insalubridade, produtividade, no seu sentido mais cru, colocam estes sujeitos, em posição de vulnerabilidade laboral, para que possam, minimamente, serem remunerados, ou tão basicamente, conseguirem atender suas atividades fisiológicas mais urgentes, enquanto permanecem, sendo gradualmente, explorados, encarcerados, exterminados, pelo braço penal do Estado Burguês, ou pela marginalização do acesso à saúde, educação, mercado de trabalho formal, previdência social, e todas as demais áreas da sociabilidade burguesa.

O segundo ponto, se trata ainda sobre a divisão sexual do trabalho, na sociedade de classes, e a necessidade de racializar o debate da reprodução social, e o *care*, uma vez que mulheres brancas, ainda que inseridas nesse contexto, patriarcal e sexista, conseguem exercer as mulheres funções dos cargos voltados para a reprodução social, por acessarem majoritariamente o ensino superior, estarem mais inclinadas a conquistar diplomas, como enfermeiras ou docentes, enquanto as mulheres negras são majoritárias em funções como técnico de enfermagem, cuidadoras de idosos, trabalhos do contexto de sucateamento e precarização (HIRATA, 2015; DAVIS, 2016).

Carla Akotirene (2018), pensa a *interseccionalidade*, inserida nesse tensionamento de projetos societários, e pauta que o racismo é uma construção histórica que vem influenciando o modo como a riqueza e o poder distribuem-se, assim como a produção do conhecimento e a mobilização social (AKOTIRENE, 2018).

Orientada, pelas perspectivas do feminismo negro, Carla (2018) argumenta que a *interseccionalidade* pode ser compreendida como ferramenta de análise da

realidade social, como também, enquanto uma teoria crítica, ou até mesmo enquanto conceito. Para ela, é imprescindível romper com a ideia de unidade entre classes subjugadas, uma vez que a diversidade do ser é comum, a todos os grupos políticos, independente das bandeiras.

Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão onipresente nas vidas das mulheres negras, quanto às políticas de classe e raça. Também achamos, muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente. Nós sabemos que existe uma coisa que é uma opressão sexual-racial que nem é somente racial nem somente sexual, por exemplo, a história do estupro das mulheres negras por homens brancos como arma de repressão política. Mesmo sendo feministas e lésbicas, nos solidarizamos com os homens negros progressistas, e não defendemos o fracionamento que as mulheres brancas separatistas reivindicam (AKOTIRENE, 2018, p. 19).

Sueli Carneiro (2011), precedeu Carla Akotirene (2018), em termos de trajetória acadêmica e política, mas em seu livro “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”, ela já lançava lentes sobre questões próprias da formação social brasileira. Por exemplo, ao tratar dos “Indicadores Sociais”, Sueli Carneiro, é consistente em problematizar como as políticas universalistas são falhas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é muito baixo devido ao racismo, pois a população negra é majoritária neste país, e o perfil alvo do projeto de subdesenvolvimento que é construído e necessário ao desenvolvimento da branquitude capitalista internacional (CARNEIRO, 2011).

Sueli, também elabora análises sobre o racismo científico, do século XIX, que fomentou o pensamento social discriminatório, associando as mulheres e homens negros(as), a estereótipos de inferioridade, e criminalidade. Articulado a isto tem-se dois fatores que Sueli, assinala contundentemente, serem responsáveis por esse imaginário social racista, seriam eles: o mito da democracia racial¹¹, e a perspectiva

¹¹ O mito da democracia racial, decorre como estratégia da branquitude burguesa, de cooptar o Brasil miscigenado, através da ideia de que no Brasil, não há racismo, pois em uma nação marcada pela mestiçagem, o conjunto da sociedade havia superada as desigualdades raciais, e seria possível, todas as raças conviverem socialmente, de forma harmônica. Cabe pontuar, que o mito da democracia racial surge como estratégia de remanejamento, pois o projeto de branqueamento da nação, não foi totalmente eficaz, quanto as classes dominantes, planejaram. A limpeza étnica não foi plenamente alcançada, mas a população foi expressivamente, clareada.

de luta de classes¹², pois ambos contribuem com a invisibilização de raça como fator determinante (CARNEIRO, 2011).

O epistemicídio ganha força, uma vez que a branquitude detém o monopólio das forças produtivas, como também são a classe dirigente em setores importantes da academia e da política. Os movimentos negros, dos quais Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Abdias Nascimento, entre outros militantes são exemplos, tomam protagonismo nos campos de produção de conhecimento, participação política, lutas sociais, e articulados em diversas frentes, traçam caminhos e perspectivas para a comunidade negra, em território brasileiro.

Tão importante quanto a organização política, é a elaboração de planos orçamentários, com recursos voltados para o combate a discriminação racial, que perpassa, marcadores econômicos, de alfabetização, segurança pública. Logo, a tensão no epistemicídio, evidencia que o mito da democracia racial e a perspectivas de luta de classes, são falácias, quando não se toma a questão étnico-racial, não só como transversal, como, central (CARNEIRO, 2011; MOURA, 2014).

Questionar o racismo estrutural e institucional em tais espaços, é uma forma de pensar estratégias para combater o conservadorismo acadêmico e humanizar a população negra, contribuindo com o seu pleno acesso à educação, por exemplo. Além de ser um movimento contra hegemônico, pois o projeto de nação civilizatória em meados do século XIX, consistia na higienização da população negra do Brasil moderno.

Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido pelo pseudônimo, Emicida, em seu segundo álbum de estúdio, intitulado, “Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos, e Lições de casa..”, indicado ao Grammy Latino, de Melhor Álbum de Música Urbana, em 2016, possui uma faixa, “Trabalhadores do Brasil”, que articula, primorosamente, a consubstancialidade existentes entre raça, trabalho, e sexo, na realidade dos homens negros, à medida que as forças produtivas e relações de trabalho vão se

¹² A perspectiva de luta de classes, desenvolve-se a partir da hegemonia do pensamento crítico eurocentrado, na classe intelectual brasileira daquele momento, que ousava em pensar e realizar leituras da totalidade social brasileira, negligenciando a relevância da questão étnico-racial.

desenvolvendo, este sujeito, vivencia a dialética desses processos, socializado nesta realidade:

Enquanto Zumbi trabalha cortando cana, na zona da mata pernambucana, Olorôquê, vende carne de segunda a segunda, ninguém vive aqui com a bunda preta pra cima, tá me ouvindo bem? Enquanto a gente dança no bico da garrafinha, Odé trabalha de segurança, Pega ladrão que não respeita, quem ganha o pão que o tição amassou honestamente. Enquanto Obatalá faz serviço pra muita gente, que não levanta um saco de cimento. Tá me ouvindo bem? (EMICIDA, 2015)

Localiza-se no cerne da questão, a complexidade da relação de interdependência existente entre classe, raça e gênero. É necessário a compreensão de que a burguesia se constitui sobre um projeto de sociedade moderna que é, fundamentalmente, racista, uma vez que a população negra foi determinante, enquanto mão de obra escravizada para a construção do patrimônio público, acúmulo de riquezas, permanecendo sendo categorizados e tratados como subhumanos, e primitivos (CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016).

2.2 RACISMO NA CONFORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE PESSOAS PRETAS

“Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro.” (FANON, 2008). Ao discorrer sobre a “experiência vivida do negro”, Frantz Fanon, afirma que em *casa*, âmbito estritamente privado, o *negro*, escapa da condição traumática do confronto, com um mundo construído objetivamente, e subjetivamente pela colonialidade, em benefício dos europeus, e toda sua descendência, definindo a identidade negra negativamente.

Cheik Anta Diop (2014), em “Unidade cultural da África negra - esferas do patriarcado e matriarcado na antiguidade clássica”, desenvolve sua *Teoria dos berços civilizatórios*. Para Diop (2014), as construções civilizatórias, durante a Antiguidade Clássica, foram desenvolvidas por povos distintos, a partir da sua configuração geopolítica. Sendo elas, o Berço Meridional - circunscrito ao continente africano - , e o Berço Nórdico - circunscrito ao continente europeu. Diop (2014), sinaliza como estes berços civilizatórios, organizavam sua relação com a natureza, e entre si, conforme projetavam-se suas necessidades e as cosmovisões, diante daquele território.

A partir de uma interlocução entre Fanon (2008), e Diop (2014), é possível interpretar o que Fanon denomina na citação supracitada, como *casa*, enquanto

“origem”. Antes de pautar, como o racismo atravessa e molda a subjetividades de pessoas pretas, é necessário destacar que o racismo tem um componente de captura de subjetividade de corpos e sua práxis, ou seja, tais corpos e práxis já possuíam uma história e autodeterminação, em seu território originário - África- antes de ter a sua sociabilidade interrompida pela escravização, um processo em que houve sujeitos que praticaram a ação, e sujeitos que sofreram com a mesma (KILOMBA, 2019). Logo, compreender a origem da negritude, que reside e foi preservada pela africanidade, pelo Berço Meridional (DIOP, 2014), é o que permite romper com a naturalização da escravização, prática muito comum no cerne do debate epistêmico, e no imaginário social.

O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização, e para atual “Fortaleza Europa”. No entanto, o racismo é, muitas vezes, visto como um fenômeno periférico, marginal aos padrões essenciais de desenvolvimento da vida social e política (KILOMBA, 2019, p. 71).

O racismo, segundo Grada Kilomba (2019), possui 3 fatores determinantes. A diferenciação, a hierarquia, e o poder. Em uma relação de interdependência, tais fatores, constroem a linha divisória da raça, através da distinção de grupos: brancos, negros e indígenas, hierarquizam-se as relações sociais de produção pautados pela característica étnica-racial, onde os brancos, que manifestam a origem europeia, Berço Nórdico (DIOP, 2014), elevam-se para o topo da hierarquia, constituindo assim, a civilização Ocidental, determinada coercitivamente, por um projeto de sociedade racista, que atribuíram o poder, em todas suas dimensões aos de pele branca (KILOMBA, 2019).

O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. Quem pode ver seus interesses políticos representados nas agendas nacionais? Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o quê? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem não é? (KILOMBA, 2019, p. 76).

A racialização de grupos de acordo com seus fenótipos, iniciado durante a colonização, foi embasado pela ciência ocidental, através de teorias científicas que visavam justificar a diferenciação intelectual, social e moral partindo da raça ariana com padrão de racionalidade, e associando a raça e etnias não brancas, comportamentos irracionais, imorais, e perigosos, como características inerentes a

seus fenótipos e cultura. Tais teorias, denominadas eugenistas, emergem justamente no período de abolição da escravidão, e negação do acesso de ex-escravizados e escravizadas às dimensões da vida social, como trabalho, educação, saúde e moradia.

Em África, antes do crime da escravização, as diversas etnias africanas exerciam sua espiritualidade, em seus respectivos territórios, pautados pela sua autonomia. Com a invasão dos colonizadores europeus em seus territórios, e o trânsito forçado para a extensão de terras pindoramas, os africanos, e seus descendentes, elaboraram o sincretismo religioso, como estratégia, de minimamente, preservar sua fé tradicional, estabelecendo equivalências, a fé do colonizador. A umbanda, emerge de tal sincretismo, contendo elementos do candomblé de matriz africana, e o cristianismo europeu (NASCIMENTO, 1978).

Através deste exemplo, é possível identificar como o étnos¹³ (MOURA, 2014) que formou o Brasil, é resultado do deslocamento forçado de práticas e saberes africanos, e indígenas, que permeiam o atual cotidiano da sociedade brasileira, e estão presentes na arquitetura, linguagem, culinária, música, entre outras, manifestações sociais, frutos de resistência negro-africana, através do aquilombamento, e frentes de lutas, dos movimentos negros.

A oralidade é um dos saberes tradicionais de África, que constitui-se como expressão e manutenção da ancestralidade negro-africana. O princípio da oralidade, desenvolvido pelo Berço Meridional, preza pela integração enquanto comunidade, e com a natureza. A prática também visa trabalhar a espiritualidade, e a conexão entre corpo, mente e coração, com intuito de celebrar a vida, e manter o equilíbrio, em todas as suas formas. A comunicação, permanece sendo um elemento determinante na cultura negra, a nível global, e dos mais velhos para os mais novos, foi uma ferramenta de preservação da ancestralidade (NASCIMENTO, 1978; MOURA, 2014).

O RAP, ritmo de origem negra, e derivado do hip hop¹⁴ - cujo movimento artístico e político, parte de mesmo embrião - significa a junção de ritmo e poesia (rhythm and poetry), materializa o subjetivo, ao edificar a oralidade negro-africana

¹³ Conjunto de hábitos e costumes compartilhados por um grupo que contribuem para a formulação de sua identidade.

¹⁴ O movimento hip hop, é composto por 4 elementos artísticos, sendo eles: o break, o grafite, o MC, e DJ.

através da arte. Desenvolvida pela comunidade negra, para a comunidade negra, configura-se como ferramenta de transformação social, uma vez que anuncia e denuncia violências, desigualdades e estereótipos, evidenciando as contradições do projeto de civilização ocidental. Artistas negros e negras, formentando o processo de conscientização dentro de suas comunidades, alicerçados na criatividade, narram suas vivências, produzindo sua própria autonomia (CARNEIRO, 2011).

Justamente por ser um elemento presente e constituinte da sociedade contemporânea, que a arte negra, torna-se alvo de retaliação. Inicia-se o processo de criminalização e estereotipação da importância da cultura afro-brasileira. Assim, as elites brancas mantêm sua hegemonia sobre as diversas dimensões da vida social.

Em um contexto de marginalização plena do acesso desses espaços, a população negra foi vitimizada, mais uma vez, por sua negritude, através do punitivismo, que a sociedade brasileira consolidou com o passar do anos. Fazendo com que as expressões culturais, espirituais e de lazer da tradição africana, que não foram completamente perdidas, mesmo com todo o processo de ruptura com o berço meridional através do sequestro diaspórico, fossem criminalizadas, pelo Código Penal, pois não haveria espaço para manifestações subjetivas que preservaram tradições africanas. Como é o caso da capoeira, criminalizada em 1890, pelo segundo Código Penal (AZEVEDO, 1987; ARAÚJO, 2004).

O Brasil, último país a concluir a abolição da escravatura, para o modo de produção, então, emergente, o capitalismo. Nesta dinâmica social, está circunscrito na periferia, do capitalismo, condicionado a um desenvolvimento sócio econômico dependente, conforme abordamos anteriormente. Importante ressaltar que o Brasil por ser o país, fora do continente africano, com o maior contingente de descendentes africanos, tornou-se um dos principais alvos, das teorias eugenistas, que visavam o embranquecimento total da nação, e com elaborações científicas, não só foram justificadas teorias racistas, como também foram implementadas medidas de limpeza étnica.

O racismo científico, responsável por realizar a classificação de grupos étnico-raciais, a partir de fenótipos, também exerceu o papel de associar determinados grupos a comportamentos morais específicos, por exemplo, a falácia de que os negros são inclinados a malandragem ou vagabundagem, sendo que os mesmos, são

sistematicamente discriminados de oportunidades de acesso da sociedade moderna, pois a mesma só emergiu devido a exploração dos mesmos (SAAD, 2013).

Maria Aparecida Silva Bento (2009), aponta em seu artigo “Branqueamento e branquitude”, um exemplo histórico que faz alusão a ideologia eugenista, que comandou o projeto civilizatório da sociedade brasileira, e encontrava-se nas políticas das instituições que foram sendo criadas, no período pós-colonialismo “a Liga Brasileira de Higiene Mental, formada por psiquiatras no Rio de Janeiro, defendia a esterilização dos degenerados, entre os quais estavam incluídos os negros alcoólatras, os tuberculosos, os sífilíticos, os loucos e os infratores” (BENTO, 2009).

Concomitantemente, com a ideologia eugenista, foi o movimento de institucionalização do saber médico, na passagem do século XIX para o XX. O Estado Nação Brasileiro promove a valorização da ciência, e da medicina, em um contexto em que ambas legitimam o determinismo biológico, naturalizando pessoas negras enquanto selvagens, agressivas, primitivas, e que por isto, este país só poderia alcançar o seu pleno desenvolvimento, uma vez que fosse feita a limpeza étnica, desses grupos primitivos, que buscavam instaurar o caos, e a barbárie, no seio de uma ordem social branca, pura (BENTO, 2009; SAAD, 2013).

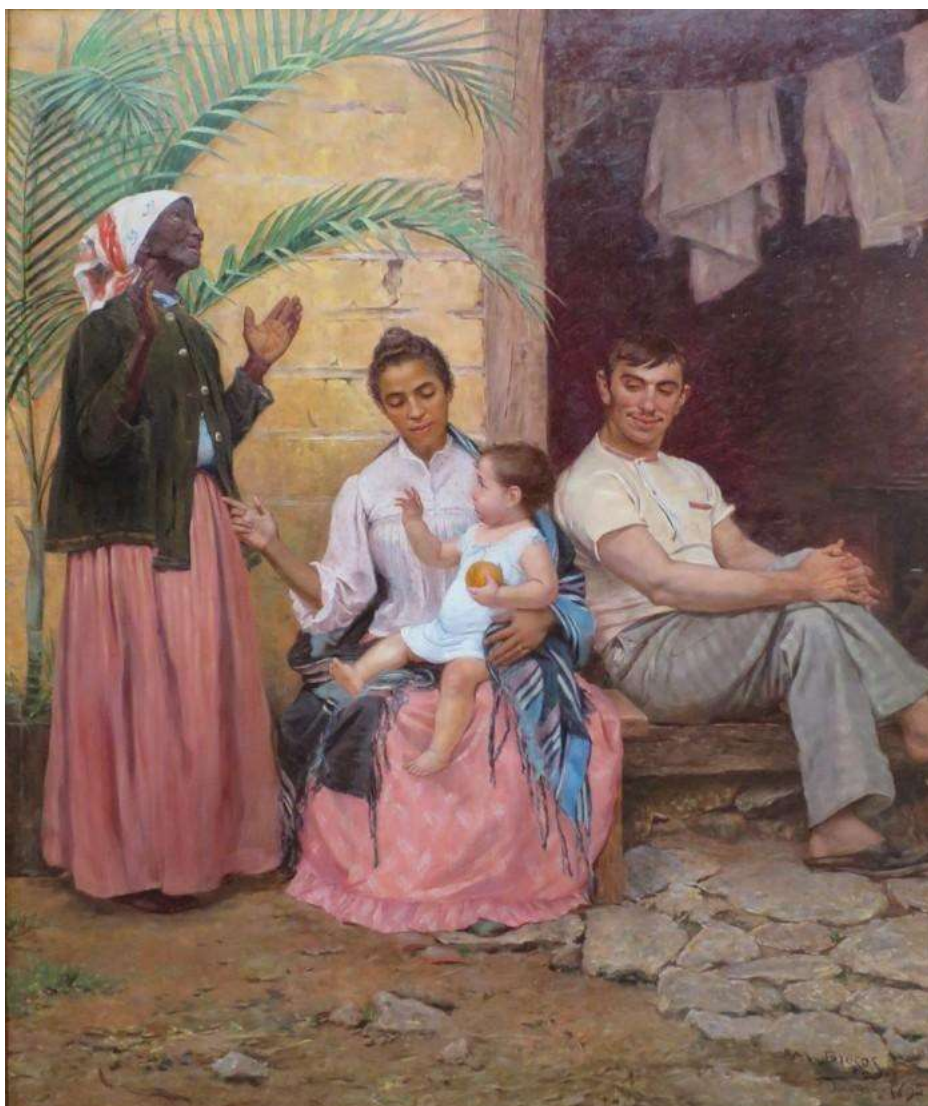
Luísa Saad (2013), em sua dissertação de mestrado, intitulada “Fumo de negro: a criminalização da maconha no Brasil, debruça-se especificamente sobre como as teorias raciais, convergiram com a consolidação da classe médica, e seu saber científico como o conhecimento predominante, em relação as demais áreas. O estudo evidencia que criou-se a hipótese de degeneração social, sobre a negritude, e os sujeitos tidos como referência da medicina, naquele momento histórico, como Dória, dedicaram-se a validar as ideias racistas cientificamente.

Um aspecto fundamental para a boa execução das análises médico-legais era a identidade, ou identificação policial e judiciária, responsável por reconhecer “criminosos” e “vagabundos” acusados de delitos. Assim, Dória dedicou-se a relacionar os aspectos físicos fundamentais de observação no caso de identificação, como formato da cabeça, cor dos olhos, forma do cabelo, projeção do maxilar, tamanho da orelha, entre outros. Tais sinais poderiam ser decisivos na diferenciação das raças e na identificação de possíveis criminosos (SAAD, 2013, p. 37).

As teorias arianistas, também influenciaram na organização e no fazer político daquela época, devido a implementação das leis de imigração, que favoreciam a migração dos povos europeus para o território brasileiro, argumentando novamente, como a linhagem europeia tem potencial de salvar a sociedade brasileira, das

ameaças que residem em seu seio - os negros- tanto que, no mesmo período, discutia-se na Câmara dos Deputados, a proibição da entrada dos povos de pele preta no país, pois estes simbolizavam o experimento mal sucedido do Brasil em desenvolver-se, e atingir o patamar do projeto da modernidade (NASCIMENTO, 1978).

As elites brancas, motivadas pelas ideias eugenistas, desenvolveram mais estratégias que buscassem eliminar a negritude, e africanidade, da sociedade brasileira. Para impulsionar o embranquecimento, estimularam a vinda de imigrantes europeus para ocupar as vagas de trabalho, em troca de salário, e a nível sócio-relacional, também estimularam a miscigenação desses imigrantes, com a população não branca, com o intuito de tornar as próximas gerações de pessoas brancas, ou muito próximo disso. Cabe retomar aqui, como desde o início da escravização, através dos estupros sobre mulheres negras e indígenas, já ocorria o processo de mestiçagem. Então, está violência racista e misógina, foi se perpetuando, com novas roupagens, pois neste novo modelo, a miscigenação, não necessitaria ser apenas coercitiva, poderia ser consensual também. De qualquer forma, igualmente dilaceradora para os sujeitos vulneráveis nessa correlação de forças (NASCIMENTO, 1978).



“A redenção de Can” de Modesto Brocos, 1895.

Sob uma análise tanto objetiva quanto subjetiva do quadro, pode-se perceber que, geracionalmente, os traços e marcadores étnicos, como a cor da pele, vão sendo clareados, até que a geração mais jovem, representada pelo bebê, alcança o ideal do embranquecimento. Subjetivamente, está expresso que esta família está liberta das mazelas, do perigo, do mal, que a rodeava, e que é representada, segundo a lógica racista, pela avó, uma mulher negra retinta.

O racismo causa tantos danos na subjetividade de pessoas negras que no quadro, mostra como a vó, a mais próxima da africanidade, “está dando graças a Deus”, pelo seu neto ter nascido branco, pois as violências que os africanos diaspóricos, e seus descendentes sofrem, historicamente, desde a escravização são tão extremas, que ela se sente aliviada, de um herdeiro seu, estar livre da herança

que ela mesma carrega, pois ela mesma foi condicionada a naturalizar que a sua africanidade, expressa na cor, e fenótipos e são a mancha negra, o declínio da sociedade ocidental (DIOP, 2014).

A filha, no quadro, se apresenta como um fruto da mestiçagem, um passo para o objetivo de branqueamento, mas não um resultado pleno. À medida em que o bebê, corporifica o ideal do embranquecimento nacional. É sob, tal fundamento, que surge a miscigenação eugénica, como característica do racismo à brasileira, um país de morenos como lembra Darcy Ribeiro (2015) em “O Povo brasileiro”, no qual as violências raciais são destinadas a todos os indivíduos negros/as, mas devido a complexidade do racismo, as manifestações, variam de acordo com o tom de pele, e os fenótipos. Os sujeitos negros de pele clara, tendem a lidar com o apagamento de sua ascendência, devido ao embranquecimento, causando muitas questões existenciais acerca da origem, corroborando com um conflito em relação a sua auto-determinação racial. Contrastando com negros de pele escura, que são tornados negros, pelo enfrentamento com o mundo branco, desde cedo.

Situado no meio do caminho entre a Casa Grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Tais traços de cooptação ideológica, fazem parte do projeto eugenista de minar as diversas possibilidades do ser negro, de identificar-se enquanto um, para que não se reconheça nos seus semelhantes, que experienciam as mesmas amarras da escravização, ainda que possuam suas respectivas particularidades (SOUSA, 1983).

É devido a esta herança escravocrata, que Alice Walker (1983), formulou o conceito de *colorismo*, nele, a autora discorre sobre como a sociedade moderna, utiliza formas de discriminação de acesso e reconhecimento social, aos negros e negras, de modo geral. Uma vez tornados negros, estes sujeitos não são inseridos ou estimulados a acessar as esferas de poder da sociedade capitalista, mas a classe dominante utiliza-se do embranquecimento/colorismo, como ferramenta de dispersão dos movimentos negros, tendo como estratégia, o *colorismo*, em que vai

fragmentando a classe, permitindo, por exemplo, uma questionável ascensão a melhores cargos, salários, condições de trabalho, aos negros de pele clara pois, como pontua Fanon (2008), a população negra é refém de sua aparência. Logo, o racismo da classe burguesa prefere que os sujeitos de pele clara, trabalhem para eles, como estímulo para que estes neguem sua negritude, em detrimento dos negros de pele mais escura, cujo o processo de negação de sua raça é, visualmente, mais complicado para renegar (WALKER, 1983).

Imersos em uma realidade, em que o projeto de embranquecimento falhou em sua plena realização. A branquitude burguesa, se utiliza das diferentes tonalidades de pele negra e marcadores de classe, por exemplo, para cooptar ideologicamente, e celebrar a identidade parda, sem que haja amparo efetivo a esta população, e contribuindo diretamente para uma apagamento e repúdio ainda maior a identidade preta (CARNEIRO, 2011).

Pardos, segundo o IBGE, são atualmente o maior contingente populacional do Brasil. Levando em consideração o que foi pontuado por Abdias, “o (mulato) marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil” (NASCIMENTO, 1978) reflete-se no fato de que, embora as ideologias arianistas não tenham exterminado, por inteiro a negritude, obtiveram o feito de atenuar seus fenótipos, cor de pele, se distanciando mais do Berço Meridional, uma vez que em 1822 os negros eram maioria, sendo 1.930.000, enquanto mulatos, 526.000, e brancos 1.043.000 da população nacional, que atualmente, é majoritariamente parda (NASCIMENTO, 1978).

As reflexões que a miscigenação eugênica como projeto de nação traz, antecedem o projeto de embranquecimento, pois busca entender o cerne deste ideal racista, que consistiu em tática de melhorar e modificar, corpos que já haviam sido objetificados. De forma alguma, aquilo que aparece ideologicamente como colorismo, em essência se propõe a avaliar negritude, ou invalidar o árduo processo de auto reconhecimento dos negros de pele clara, afinal classificações raciais são práticas colonizadores, mas o processo de clareamento, demonstra um temor a origem, compartilhada por pretos e pardos - negros (SOUSA, 1983).

A identidade de ser pardo, é problemática em sua gênese pois remete a higienização, e afasta, herança negro-africana destes sujeitos, colocando-os em um

limbo em que, ainda sofrem subjugação da branquitude, e causa o conflito de identificação, tornando-os mais suscetíveis, a serem assimilados, pois a consciência da negritude, a partir de referências autônomas, e paupáveis, orienta os sujeitos a construir a sua emancipação com mais certeza, pois sabem para onde voltar, e negros e negras de pele retinta estão mais, evidentemente, postos na trincheira, com o racismo anti-negro, perseguindo-os com mais contudência.

O quadro, *A redenção de Can*, também revela outras mediações presente desse projeto racista e colonial. O primeiro é que, as figuras negras na arte, são ambas mulheres, o que remete ao fato de como mulheres negras, foram abusadas, e objetificadas sexualmente por sujeitos brancos, e o imaginário social eugenista vai perpetuar, a exploração destes corpos, como mais um tática para alcançar a higienização racial (NASCIMENTO, 1978).

A segunda mediação nos direciona para a ausência do homem negro. Se a mulher negra é objetificada, no momento histórico retratado, o homem negro ali é equivalente a um vácuo. O racismo se atualiza, conforme os enfrentamentos sociais, vão tensionando as estruturas, neste momento histórico, de transição para um modelo de organização social, completamente, branco, o silenciamento do homem negro é voltado pela não assimilação, pela inexistência, pois o objetivo é garantir que ele se desloque da relação com suas mães, filhas, companheiras, e não possa ofertá-las proteção, incapaz de se entender enquanto um sujeito relacional e humano, e não vise confrontar o homem branco nas suas elaborações físicas e racionais (KILOMBA, 2019).

O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro - ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse (FANON, 2008, p. 107).

É importante ter em mente que a classificação racial foi algo desenvolvido pela branquitude colonial para distinguir quem era digno e quem não era. Para determinar quem acessaria o poder econômico, político, cultural, estético e simbólico. A partir deste cenário, a divisão étnico-racial foi ressignificada pelos povos nativos e diaspóricos, elucidando a importância de pautar e questionar as desigualdades vividas, respectivamente, mas ainda assim, é uma construção social, pós-colonial. Os

povos africanos e indígenas, se dividem em etnias, culturas, e não pela cor da pele (QUIJANO, 2005).

Desta forma, a dinâmica de socialização fundamentada no racismo, concedeu às pessoas brancas o raciocínio, de se entenderem enquanto pessoas - categoria universal -, enquanto pessoas pretas e indígenas, são pessoas pretas e indígenas - categoria específica. É exatamente essa norma, que mantém a estrutura colonial e o racismo. E essa centralidade do homem branco não é marcada.

Esses dois processos - ter a si próprio como modelo e projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois maculam o modelo - são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas. O primeiro está associado ao narcisismo e, o segundo, à projeção. No entanto, no contexto das relações raciais eles revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar, legitimar a idéia de superioridade de um grupo sobre o outro e, conseqüentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios. Ambos os processos serão tratados mais adiante (BENTO, 2009, p. 6).

O binarismo, exercido pelo eixo civilizatório representada pela imagem do homem cis hétero branco judaico-cristão, estabelece uma lógica de exaltação de corpos e práxis, na mesma medida em que exclui possibilidades de existência que distiguem-se da que foi institucionalizada, por meio da oposição. Ocorre o fenômeno de identificação de sujeitos, através da discriminação racial. Diferencia-se o negro, daquilo que ele não é, branco. Assinalando que o não ser branco implica em não ser puro, desejável, capaz, inteligível, livre, e sim, o completo oposto. Constrói-se uma relação, hierarquizada, que informa posição social, e condição de humanidade (NASCIMENTO, 1978; BENTO, 2009; CARNEIRO, 2011).

A polarização entre razão e emoção, moderno e primitivo, campo e cidade, foi o que estruturou a dinâmica de poder, em que a superioridade da branquitude, se consolidou às custas da negritude, em uma relação que os permite, vivenciar suas ideias, emoções, e ações centralizando-se em cada experiência, enquanto, as experiências da negritude, em âmbito global, são assoladas por traumas e tragédias, de natureza, psicológica, emocional, familiar, material (QUIJANO, 2005).

O Ocidente produz horizonte de existência, pautado na racionalidade, responsável pelo racismo moderno, enquanto induz as cosmopercepções indígenas e africanas a desprender-se das suas respectivas formulações de sociabilidade. Este

processo é definido como epistemicídio. Nas palavras de Sueli Carneiro (2011):

É o fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam [...]; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das condições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2011, p. 84).

As implicações do epistemicídio, deste homicídio do sujeito, alicerçam um modelo de sociabilidade coercitivo no que tange a tomada de consciência dos sujeitos na sociedade moderna. A população LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas gordas, a negritude, serão classes sociais, que dentro da sociedade contemporânea, são destituídas de legitimidade, porque a validação da sua existência, deve vir do sujeito norma, o homem branco, fazendo com que elas sociais sejam classificadas socialmente, pelas características que possuem - que divergem do parâmetro de humanidade engessado, reduzindo a dialética do ser de tais classes sociais, a lugares estáticos, subjugados pelo filtro do ser universal.

A construção narcísica do ego, para os indivíduos de pele branca, manifesta-se pelos signos sociais, que compõe a linguagem hegemônica, que os localiza numa zona de humanidade, e referência central. O termo “europeu”, etimologicamente, detém a centralidade do ego, do indivíduo, mediante o pronome eu. No campo da linguagem. Desta forma, sua branquitude o consagra, e permite que os outros sejam identificados por ele, através dessa relação social, na qual a brancura constrói um espelho, em que seu reflexo é o ponto referencial de reconhecimento (BENTO, 2009).

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra (BENTO, 2009, p. 3).

Nos processos de subjetivação da negritude, a branquitude também subjetiva-se, porém seu leque de subjetividades, não é marcado por constrangimentos, dores, senzalas, se não, pela exaltação, e confirmação constante de que os que carregam o código racial branco, são fatalmente, destinados a gozar das melhores condições e

percepções de humanidade. Logo, os brancos no jogo das tensões raciais, elabora meios de isentar-se das consequências que sua posição social, evidenciadas por ações, patrimônio, status, causam concretamente, e figuradamente.

Assim, a branquitude estabelece que o eixo de patriarcal branco judaico-cristão, é o norte, a direção universal para atingir a civilização, a espiritualidade, a ciência - e suas demais verdades absolutas -, o trabalho, da vida em comunidade. Os seres tidos como primitivos carregam a etapa, a qual foi superada, pela razão moderna, que em primeira instância, nada mais é que o extermínio da dinâmica das histórias, seus enfrentamentos, contradições e sua própria construção, por meio da história universal, racional, e evolucionista (BENTO, 2009).

Molda-se a subjetividade negra, dilacerada pelo mundo branco ocidental, em que o seu monopólio demanda a hierarquia e universalidade, para manter a subjugação, silenciando histórias, cosmovisões, contribuições das potencialidades, e das feitos factuais que o Berço Meridional, e todos que dali partiram, materializaram, ao redor do globo, graças a sua africanidade, que fora transformada em negritude, logo, determinada como subsistência marginal.

A semi-ótica é o estudo que contextualiza a construção de imagens, signos e representações sociais, com base nas diversas formas de linguagem, determinando a compreensão de valor/pertencimento de determinados corpos simbolicamente. O poder descrever o outro, limitá-lo a imagens que revelam o seu status social, se é digno de inclusão ou exclusão. Como a compreensão da raça negra, está vinculada a fenótipos e tonalidades de pele, a branquitude, com décadas de racismo científico, consegue categorizar estes corpos visualmente, moldando a visão sobre sua subjetividade para o ambiente externo, através de representações depreciativas e excludentes (FANON, 2008; ALMEIDA, 2018).

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras um indivíduo vai acabar se convencendo que mulheres negras têm vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas estas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não tem muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins,

resumindo-se a comemorar q própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2018, p. 51).

O audiovisual é uma amostra fiel de como a semiótica racial foi construída, e quais referências foram socialmente atribuídas à população negra, em sua construção. A série “Insecure” (2020), escrita por Issa Rae, conta a história de sua vida, pautada em questões do cotidiano, como trabalho, relacionamentos afetivos, amizade, o elenco é composto, plenamente por personagens negros, o que permite que muitas histórias acerca de narrativas de homens e mulheres negros seja contada. O racismo não é o foco da série, mas ele está sutilmente presente ali, pois as subjetivações que acompanham o desenvolvimento dos personagens, está associada à construção da semi-ótica racial.

Por exemplo, Issa trabalha em uma ONG educacional, voltada para público infantil e adolescente, mas não é reconhecida, ou sequer, incentivada por seu chefe, no período em que se empenha em atuar no projeto. O perfil majoritário do público alvo da ONG são crianças negras e latinas, portanto, este cenário de negligência e desvalorização dos negros, tanto quanto trabalhadores quanto como usuários de um serviço, contribui para que as desigualdades sócio-educativas, se retroalimentam a partir de uma ordem racista, que se reproduz a nível institucional e estrutural.

No episódio “Lowkey Trippin”, Molly, mulher negra retinta, melhor amiga de Issa, viaja com seu namorado Andrew, homem cis asiático, onde ela é apresentada a uma parte da família do seu namorado. Durante as atividades que eles realizam juntos, divertindo-se com o clima litoral, Molly dirige-se ao saguão do hotel para solicitar uma toalha, para um namorada de seu cunhado, a atendente pede para que Molly apresente seu ticket, ela explica que está hospedada no hotel, e só está sem seu ticket no momento pois acaba de sair da piscina, a atendente branca argumenta que sem o cartão, a política do hotel a priva de conceder a toalha que ela solicitou, Molly argumenta que outras pessoas brancas, fizeram o mesmo procedimento, e não foram intimadas a se identificar para pegar toalhas no saguão.

A discussão é interrompida pelo irmão de seu namorado, mostrando o ticket do quarto, e a atendente racista entrega a toalha, deixando Molly transtornada, por algo que ela relata para seu namorado, como sendo um “típico ocorrido”, o irmão de seu namorado, a questiona se ela realmente está confiante de que foi um episódio de

discriminação, ou se ela não está apenas carregando um fardo que ela mesma criou na sua cabeça. No calor do momento, a cena evidencia como mesmo quando pessoas negras são discriminadas, a culpa do ocorrido ainda recai sobre as costas da própria comunidade. São os agentes sociais alimentando o estereótipo de negros/as agressivos, que fazem caso por qualquer situação pois não conseguem sustentar um comportamento civilizado, que os colonizadores e invasores europeus determinaram.

Ambas personagens, Molly e Issa, experimentam em seus respectivos trabalhos, e relacionamentos interpessoais e profissionais, tratamentos racistas cotidianos, que as inclinam a lidar com o *Banzo*, ao por exemplo, passarem a auto sabotar suas capacidades cognitivas para estabelecer relações, e conquistar reconhecimento profissional, buscando manter-se em uma posição de inércia, em estado depreciativo, nutrido pela sensação de frustração, uma vez que o racismo inibe as potencialidades dos seus feitos e movimentos.

O *Banzo* caracteriza-se por um estado de dor e morte em vida, que penetra o escravizado, não só pela marca, ou dano explícito, e sim, a partir da ruptura do africano, e seus descendentes, com a sua autonomia, e práxis, já desenvolvidas em sua comunidade, em seu território, em seu Berço. O existencialismo negro-africano, interrompido pela escravização, e remodelado pela colonização, forma uma subjetividade de não-lugar, de “morto vivo” uma vez que seu estado de ser, e pensar é contextualizado pela perda, um abismo simbólico da produção de sua humanidade.

Neste sentido o Ser-Negro enquanto condição existencial é marca da por uma busca de apropriação satisfatória do lugar de si, de uma postura, segunda a qual, cada negro a partir de seu Lar de Ser, pode considerar-se uma representação ou um produto dos desdobramentos do confronto, tanto da colonização como do capitalismo, por vezes violenta (SILVA, 2018, p. 53).

O racismo subjetiva pessoas pretas a viverem na condição de colonizados, repensando, consciente e inconscientemente, suas ações e motivações, a partir de como o branco, a sociedade branca, irá perceber seu comportamento. É se entender enquanto negro, trilhando uma fuga da sua negritude, pois o imaginário social o aprisiona na representação de imoral, marginal, vil, na mesma medida em que as instituições, as leis, o Estado, estão alertas para punir estes corpos, lembrando-os que para o projeto de sociedade vigente, a definição de humanidade não lhes serve,

e portanto sofrerão as consequências caso se proponham a superar a submissão (FANON, 2008; KILOMBA, 2019).

Os processos que o racismo desencadeia são tão danosos que negros não querem ser atravessados, pelas faces do racismo, em âmbito privado, das relações interpessoais, da relação com corpo, auto-estima, o cabelo, quanto na esfera pública por injúrias, discriminações de acesso, brutalidade policial e de grupos supremacistas, inferiorização de sua existência em qualquer ambiente que circule. (SOUSA, 1983). O genocídio, tratado por Abdias Nascimento (1978), consiste nesse apagamento do papel vital, que os agentes africanos, indígenas, negros desempenharam para a edificação da sociedade moderna, responsável, pelo declínio de seus vínculos originários com o mundo.

TERCEIRA SESSÃO

3.1 DAS CLASSES PERIGOSAS AS MASCULINIDADES SUBORDINADAS: PRODUÇÃO DO HOMEM NEGRO COMO INIMIGO

O iluminismo, que popularizou o século XVIII como século das luzes, marcou a transição da compreensão dos indivíduos e sua relação com o mundo, de uma perspectiva de status e valores morais religiosos para a luz da razão científica, em que o ser humano protagoniza esta vertente filosófica. O sujeito razão que protagonizou esse processo de humanidade, expressando sua posição hegemônica, foi o homem branco europeu. O que emergiu junto a sociedade construída para sua soberania, demarcada pelas revoluções inglesas, americana e francesa, a sociedade Ocidental (ALMEIDA, 2018).

O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tem o homem como seu principal objeto. O homem do iluminismo não é apenas o sujeito cognoscente do século XVII celebrizado pela afirmação cartesiana, *penso, logo existo*, é também aquilo que se pode conhecer; é sujeito, mas também objeto do conhecimento. A novidade do iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística). Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo (ALMEIDA, 2018, p. 21).

O eurocentrismo (QUIJANO, 2005) e o falocentrismo estão imbricados dialeticamente dentro do projeto iluminista, na medida em que todos subjugam grupos étnicos, generificados e estigmatizados, em uma relação de discriminação que torna tais sujeitos, o outro. Enquanto, o homem branco cisgênero¹⁵ hétero, é representado através do “eu”, sendo o ponto de partida das dinâmicas sociais vigentes.

Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013) realizam no artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, uma interlocução acerca do pensamento sobre homens, gênero e hierarquia social. A masculinidade hegemônica constitui uma relação de poder e dominação, de viés econômico, político e ideológico. Na esfera da subjetividade influencia na criação de identidades, através de

¹⁵ Cisgênero é o sujeito, que reconhece que sua identidade de gênero, corresponde ao gênero que lhe foi atribuído, socialmente, em função de características biológicas.

performances sociais, que vão ser tidas, socialmente, como o padrão de existência (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

Tal construção, fora lapidada sob, a imagem do homem branco cisgênero hétero como ponto de referência para ocupar o lugar hegemônico, nas dimensões da vida social. Além de contribuir com a corporificação das relações de poder, por exemplo, no fato de que, são estes “corpos-padrão” que ocupam profissões dotadas de status social como a medicina, mas também são os corpos que podem se apropriar de símbolos e tradições de culturas marginalizadas, e receber crédito por disseminá-las, ainda que façam isso esvaziando os valores originários (SOUZA, 2013, FAUSTINO, 2014).

Contextualizando, as masculinidades adentram o debate teórico das relações de gênero, a partir do amadurecimento das teorias feministas nos meados dos anos 80, e o questionamento acerca do papel dos homens na transformação do patriarcado. Concomitantemente a este processo, ocorre a crítica de mulheres negras ao monopólio das pautas exercido por mulheres brancas naquele momento histórico, e tal crítica vai ser incorporada também para a área das masculinidades, nas quais tais marcadores de cor, classe e sexualidade vão demonstrar quem são os homens em posição de subordinação, sendo os que estão fora do acesso ao poder, poder este, que a masculinidade hegemônica detém (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

O movimento dos homens homossexuais, bissexuais e transsexuais, vêm evidenciando como os homens podem violentar outros homens, através de um padrão hierárquico, que vai ser necessário para as esferas de reprodução social do sistema capitalista. Afinal, determinados corpos masculinos estão mais inclinados à vulnerabilidade do que outros como, por exemplo, no campo da criminologia, homens negros e jovens estão inseridos em maior proporção nos crimes convencionais e postos de trabalhos precarizados e mal remunerados.

A conceitualização do termo masculinidade hegemônica, passou por um processo de amadurecimento teórico que contou com o reconhecimento de suas formas subordinadas. Tornando-se então, um debate fundamental no campo dos estudos de gênero, pois esta categoria trata de estudar uma dinâmica relacional, tendo como referências as relações sociais de homens e mulheres. Articulando-as com categorias de classe e raça, em perspectivas interseccionais, que contribuem para uma ampla apreensão das relações sociais, em sua totalidade, tanto para o

campo das masculinidades quanto para as feminilidades que compõem o debate de relações de gênero (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesta direção, o homem negro é alvo de processos, que o representam de forma depreciativa, para que a sociedade o compreenda como a ameaça, que foi tornada, e simultaneamente, a sua demonização, ele também é socializado na esfera do não-lugar (FANON, 2008). Fanon (2008), demonstra como o campo da linguagem, coloniza a população negra, mais especificamente o homem negro, em que este, foi tornado à sombra do homem branco cis heterossexual. Na compreensão Ocidental, e consequentemente racista, o homem negro, de fato, ocupa esta sombra, em que há a ausência de luz, assim como a ausência de afeto, da razão, de humanidade.

Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial...E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem (FANON, 2008, p.33).

A própria configuração binária do Ocidente, determina a cisheteronormatividade¹⁶ como norma social, de forma em que vai generificando símbolos sociais, como, simples espectro de cores, azul para meninos, rosa para meninas, estabelecendo a percepção afetivo-sexual, apenas dentro da relação entre homem e mulher.

Desta forma, as possibilidades não heterossexuais de existir são retraídas pela prevalência da razão reprodutiva, que demanda manutenção desta ordem cisheterossexista, assim os sujeitos auto-determinados, como as travestis, os/as transsexuais, gays, lésbicas, bissexuais, e todo o espectro não-binário¹⁷ de identidade de gênero são punidos na instância pública através da impossibilidade de sacramentar-se socialmente, relações homoafetivas, tanto enquanto família, e repartição de bens e direitos sociais, contidos em normativas, como, o artigo 1.723 do Código Civil de 2002¹⁸, quanto punidos na esfera privada da vida social, sendo

¹⁶ Norma social, fundamentada na cisgeneridade e heterossexualidade, baseada em uma ideia de reprodução biológica, que institucionaliza a cisheteronormatividade em instâncias sociais como a família, e a monogamia, visando a manutenção social da sociedade moderna.

¹⁷ Não binariedade, engloba as identidades de gênero dos sujeitos, que se identificam para além da relação binária de gênero, transitando entre as pontas do espectro de gênero,

¹⁸ O artigo 1.723 do código civil reconhece como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Somente, em 2011, com pressão do ativismo LGBT, que o Supremo Tribunal Federal, estendeu as interpretações do artigo 1.723, para que possam ser aplicadas a uniões homoafetivas, sendo assim casais homossexuais devem ter o direito de serem legitimados como família.

reprimidos ou expulsos de seus lares, alvos de algozes do senso comum, que fetichiza e sexualiza tais corpos, para logo em seguida, violá-los sexualmente e fisicamente. Tais identidades de orientação sexual e identidade de gênero, vão contra as expectativas sociais de ser e existir nos mais diversos territórios como: escolas, no ambiente de trabalho, nas ruas da cidade, ou do campo (SOUZA, 2013, RATTTS, 2017).

O abuso sobre estes sujeitos, parte de uma lógica que restringe as vivências e demandas dos corpos dissidentes somente a esfera privada das relações sociais, como em expressões comuns “seja você entre 4 paredes” e quando estes corpos acessam o espaço público ouvem que “você deve se dar ao respeito” por não performarem dentro da visão cisheterossexista do que é ser homem. Devido a este contexto de marginalização, que muitos são violentados no dia a dia, pela ideia de que podem ser objeto de desejo e consumo de qualquer um, como se fossem desprovidos de autonomia.

É interessante observar que, as experiências subordinadas de sexualidade e identidade de gênero também atravessam o homem negro, o que denuncia uma dupla condição de não-lugar, afinal, homens negros transsexuais, gays e bissexuais, são discriminados por dois primas marginais, impostos pela masculinidade hegemônica, sua raça/etnia, sua transsexualidade, e homo/biafetividade (SOUZA, 2013).

O esteriótipo de negão, corresponde a uma performance social de força, que corresponda, aos papéis de trabalho que homens negros foram condicionados, durante a formação social brasileira, de um país, fundamentado na escravização. Assim, que o esteriótipo de negão se conecta ao trabalho bruto/viril, à serviço do outro, como em funções de caminhoneiro, pedreiro, mecânico, em que este homem negro, representa a expressão “pau para toda obra”, e que também lhe é atribuído uma aptidão sexual, devido a naturalização do racismo, em satisfazer os fetiches de outrora por ser um corpo “quente” e hipermasculinizado (SOUZA, 2013; FAUSTINO, 2014).

A população LGBT negra, distancia-se da masculinidade, por desafiar e ampliar as possibilidades além da heteronormatividade, entrando em conflito com figuras de dominação, atribuída ao status cisheteronormativo da masculinidades, os LGBT's negros tendem a criar novas figuras que ultrapassam a compreensão do negão, que muitas vezes homens negros héteros acostumam-se a performar neste

lugar pois, minimamente, conseguem usufruir de algumas vantagens sociais, pertinentes a suas necessidades particulares.

No texto, “Bixas pretas: subjetividades sobre-viventes”, o autor Leonardo Ribeiro, e a autora Régia Mabel Freitas (2020), analisam como a construção da identidade das bixas pretas, perpassa as incidências do racismo, e da homofobia, em um cruzamento que potencializa tais violências, pela forma que se retroalimentam.

O efeito dessa construção identitária adoecedora é ainda mais potencializado quando um oco preto se percebe homossexual, subvertendo outra máxima social imposta no que tange a orientação sexual: a heterossexualidade. Afinal, a homossexualidade supostamente identifica sujeitos desviantes, anormais e pecaminosos que ameaçam a ordem judaico-cristã norteadora da sociedade. Lamentavelmente, para as pessoas homofóbicas, não é concebível a ideia de que um oco preto exista para além do predador sexual bestial (RIBEIRO & FREITAS, 2020, p. 177).

Ao tratar sobre o processo de adoecimento imposto as bixas pretas pela intersecção das violências, ambos autores, realizam o resgate de que a homofobia deriva do mesmo momento histórico que determinou o racismo como estruturante: a colonização. Na esteira dessa compreensão, percebe-se a condição de masculinidades que atravessam homens negros, dos cisheterossexuais aos homo/bissexuais e trans. Estão circunscritos as masculinidades subordinadas, em os LGBT’s negros em maior subalternidade.

Ratts (2017), aponta para o fato de que as tecnologias de gênero e sexualidade, a partir de uma narrativa da história da arte moderna, baseada no eurocentrismo, foi determinante no processo de codificação de corpos na sociedade moderna, erguida pela colonialidade, argumentando ainda que homens cis heterossexuais detém um contrato social, que naturaliza seu padrão de comportamento cisheteronormativo, e a sua experiência afetivo-sexual nos espectros da macro e micropolítica.

Quando faço referência à história como mito, não quero dizer que não haja nela nenhuma propriedade empírica ou nenhum tipo de relação verossímil entre os fatos e aquilo que foi escrito sobre eles, mas que sua materialidade se deve, antes de mais nada, a um fazer acreditar, por vezes metafísico, através de falas (escritas) institucionalizadas que se utilizam de símbolos conformados por uma moral dominante que exclui a diversidade dos sujeitos que constituem a sociedade, bem como suas corporalidades e subjetividades. Assim, em um quadro ou ilustração vitorianos nos quais sejam apresentado um homem nunca se verá os diferentes corpos que compunham uma mesma sociedade, mas sim um único modelo de imagem que contemple em seus traços uma moral e uma racionalidade que se traduzem a partir de um padrão estético de beleza e comportamento (RATTS, 2017, p. 74).

O autor evidencia que o positivismo está presente na forma como a história é interpretada, e que devido a isto, fora possível realizar a fusão da história moderna com a história do homem branco através de uma série de representações, como esculturas, quadros, fotos, mapas, que captavam a subjetividade, e a razão centrando-se na figura, escarrada e esculpida do homem branco (RATTS, 2017).

Falar sobre o homem negro, implica destrinchar a complexidade das suas possibilidades de existência que foi sombrificada, para destituir suas potencialidades, e essencialmente, sua humanidade. A auto-afirmação positiva acerca do que se compreende e almeja de masculinidade é o homem branco, é comportar-se como tal, não à toa que homens negros cis heterossexuais, se lançam em uma empreitada, em conquistar simbolicamente, o prestígio social do homem-centro, ao se lançarem em relações interraciais com a mulher branca, que é generificada nas relações sociais, porém as tecnologias de controle Ocidentais, prezam por manter a ingenuidade e benevolência de mulheres e homens brancos, na mesma razão em que empurram corpos de negros e negras para as diversas armadilhas de extermínio social (FANON, 2008, SOUZA, 2013).

Quando não é invisibilizado, o negro é representado como contraponto antiético do humano. A sua aparição, quando autorizada, é reduzida a uma dimensão corpórea, emotiva ou ameaçadora, tal como um King Kong descontrolado: tão grande, tão bruto, tão negro, com mãos rústicas e exarcebados instintitos libidinais em sua busca desenfreada pela mocinha (ultrafeminina) de tez claramente virginal e corpo frágil (FAUSTINO, 2014, p. 83).

A herança escravocrata e colonial que desenvolveu o padrão de supermasculinidade associado ao corpo do homem negro, como aborda FAUSTINO(2014), deriva da divisão escravista do trabalho, que estabeleceu o criado supermasculino como forte e viril.

O corpo do criado masculino, foi reatualizado com as novas engrenagens do sistema econômico, e permanece subjetivado, na contemporaneidade, nos corpos dos homens negros, desapropriando qualquer traço que possa humaniza-lo. Inclusive, os LGBT's, que pela sua cor são associados a esta mesma corporificação, silenciado a objetivação de suas identidades para caminhos que superem esta condição racista, lgbtfóbica, sexista e colonial. O intuito é fazer destes corpos um retalho que possa ser usado para interesses da elite branca, antes de ser plenamente descartável (FAUSTINO, 2014).

Os homens, devido a pluriversalidade relativa aos sujeitos sociais, não usufruem das vantagens/privilégios associados às masculinidades uniformemente, por isto, que trava-se o debate acerca de masculinidade hegemônica, e masculinidades subalternizadas. A relevância deste debate atravessa as discussões de gênero e sexualidade, pois muitos estudos feministas debruçam-se sobre a relação de masculinidade e feminilidade, com ênfase no feminino para pautar os direitos das mulheres, o que é imprescindível e pertinente ao movimento de ruptura com patriarcado e a heteronormatividade, o impasse manifesta-se quando aborda-se a pauta da masculinidade, de forma uniforme e comum a todos os sujeitos do sexo masculino, pois se não for problematizado que existem masculinidades subalternizadas, os indivíduos marginalizados por esta construção de dominação, são epistemologicamente, silenciados e condicionados a um não-lugar (FANON, 2008; SOUZA, 2013; FAUSTINO, 2014).

Assim como, o feminismo negro apresenta suas demandas em relação as suas companheiras de luta branca, há que se levar em conta, que homens negros, que podem ser bi/hetero/homossexuais, bem como cis, trans ou não binários, também são aliados das mulheres negras, e seu levante enquanto movimento racial, precede o reconhecimento autônomo da negritude, pois em um contexto anti-colonial e anti-capitalista, a comunidade negra como um todo, tensiona material e ideologicamente, a propriedade privada branco-burguesa.

A heteronormatividade é tão intrínseca a masculinidade que a construção do homem negro como inimigo, perpassou o perigo que este homem representava para a mulher branca, pois uma vez que adquiri o status de livre, não mais na condição de escravizado, o fato dele poder transitar e trabalhar, sem estar plenamente restrito a alguém, a classe de homens brancos burgueses identifica o como intruso, que quer violar e tomar pra si a sua propriedade privada, como bens e riquezas, como a sua própria esposa/parceira, uma vez que a perspectiva patriarcal, atribui a mulher branca como sendo objeto de seu parceiro (SOUZA, 2013; DAVIS, 2016).

Assim, moldam a ideia do homem negro esturpador, para que o corpo deste homem, seja mais uma vez criminalizado, agora a partir de uma noção racista e heteronormativa, que pressupõe que se o homem negro está liberto, ele necessariamente está intencionado em assediar a mulher branca, que ainda que subjugada, foi subjetivada em uma condição de ingenuidade e santificação. Ocorre aqui a esteriotipação do homem negro, esvaziado dele a capacidade de gestar sua

própria sexualidade, colocando-o necessariamente como cis heterossexual, hipermasculino e conseqüentemente assediador, esturprador, ladrão (DAVIS, 2016).

A série estadunidense “Olhos que condenam”, dirigida por Ava DuVernay¹⁹ (2019), é baseada em fatos verídicos de cinco histórias de vida, são 5 jovens negros do sexo masculino, que foram, injusta e intencionalmente, acusados e condenados de esturprar uma mulher branca em um parque do EUA. Tornaram-se mundialmente conhecidos, nas piores circunstâncias de suas vidas, e ficaram conhecidos como Os Cinco do Central Park: Korey Wise, Kevin Richardson, Raymond Santana, Antron McCray e Yusef Salaam. Cinco vidas interrompidas pelo racismo, cinco vidas reféns de sua aparição, cinco vidas destituídas da sua liberdade de ir e vir, mas primeiramente, da sua autodeterminação.

Os homens negros são valorizados socialmente, apenas em condições de exaltação de seu vigor, tornando-o um corpo hiperssexualizado, antes mesmo dele manifestar a orientação de seu desejo afetivo-sexual. Em todas as dimensões da vida social, seus atributos físicos são elevados em detrimento da sua complexidade enquanto ser humano, por sua possibilidade de chegar ao patamar de homem humano, exige que seja sob a hipermasculinização e hiperheterossexualização deste corpo.

O racismo por ser a espinha dorsal do sistema capitalista, uma vez que a classificação racial e divisão racial do trabalho, desempenham papel fundamental para a acumulação primitiva de excedentes racialmente produzidos. As diversas expressões do racismo, derivam da mesma espinha dorsal, que molda e se reatualiza na contemporaneidade (MBEMBE, 2017). Na sociedade ocidental, homens negros são vistos como inimigo a ser combatido, justamente, porque as estratégias de embate e sobrevivência exercidas por seus ancestrais escravizados, se mantém na empreitada de seus descendentes na busca por emancipação (FANON, 2008; FAUSTINO, 2014).

A subjetivação dos homens negros é regulada através de processos de violência bruta, física, visando domar sua hipermasculinidade, ou utiliza-la a favor da branquitude e a classe dominante, como incorporar os homens negros nas forças policiais, de modo que para este grupo social, historicamente exposto a

¹⁹ Ava DuVernay é uma diretora, produtora executiva, e ativista estadunidense, cujo as obras tem foco no protagonismo negro e o processo de consciência racial.

margininalidade e trabalho informal, ser incorporado no mercado de trabalho para executar sua brutalidade, que é uma das características que ele foi induzido a visualizar como uma das únicas possibilidades de se expressar, é uma opção que eles são levados a almejar (FAUSTINO, 2014; MBEMBE 2017).

Nesta relação que o espaço do homem negro na realidade social manifesta-se, por uma brecha que vulnerabiliza esse corpo, ao mesmo tempo que o faz acreditar que dispõe de algum valor para a sociedade ocidental. A mesma construída pelo seu suor mas que debate-se em tentar eliminá-lo constantemente, desta forma ao ocupar, objetivamente, a força de trabalho policial, que é altamente precarizada e põe em risco sua vida em prol de discurso de segurança pública, que garante a integridade dos brancos burgueses, preservando os bens e suas propriedades privadas.

No espectro da subjetividade, ele pode performar o traço de virilidade nesta profissão, de forma que a divisão racial do trabalho e o racismo estrutural, direciona a força bélica para a população negra periférica e pobre, em um cenário forjada pelo falso discurso de guerra as drogas, os corpos negros são vulnerabilizados nos dois extremos, tanto na periferia, onde a atuação policial é intensa, quanto nos postos precarizados e arriscados de trabalho que é a polícia militar, que conta com um grande contingente de homens negros. Assim, o genocídio negro forma uma manifestação em que o auto-ódio implementado pela sociedade racista, desumaniza este homem e estimula a enxergar seus iguais como inimigos, e combate-los, e ser combatido numa guerra as drogas, periferias, que nada mais é que, uma guerra a negritude.

Nesse sentido, a força do estereótipo está exatamente no fato de se legitimar, pela maior capacidade de persuasão do grupo hegemônico que se impõe, transformando sua ideologia em verdade universal. Deste modo, representações da masculinidade negra como perigosa, são repetidas (..) nauseam nos meios de comunicação, em especial, nos noticiários policiais e telenovelas (SOUZA, 2013, p. 42).

Os homens negros são condicionados em diversas caixas de estereótipos, que podam sua autonomia enquanto sujeito, e os retaliam enquanto humano, despindo-o de sua dignidade humanada. Desde adolescentes são representados, pela mídia e dispositivos de comunicação, como pivetes, de menor, neguinho, aqueles quais são folgados, agressivos, mal-educados, mesmo que em tese sejam protegidos pela lei, pela sua faixa etária, são alvos da política racista e exterminadora, e de abordagens policiais violentas. Conforme crescem, e atingem a maioria penal, as violências que sofrem tendem a aumentar, agora endossadas pelo senso comum, que antes

censuravam-se pelo debate dos direitos humanos e maioria penal, livram-se de sua falsa moralidade, e instigam que estas ameaças podem ser punidas, encarceradas, para preservar a civilidade no contexto urbano das regiões metropolitanas (FANON, 2008; SOUZA, 2013; FAUSTINO, 2014).

Por serem os classificados como supermasculinos, a truculência das forças policiais, é predominantemente, direcionada aos homens negros, especialmente durante a juventude, como se o racismo estrutural e institucional, não acarretasse discriminações suficientes a estes sujeitos, a condição de violência generaliza-se fisicamente e cotidianamente.

Rafael Braga, um jovem de 25 anos, que trabalhava como catador de materiais recicláveis, foi detido por portar Pinho Sol, enquanto circulava pelas ruas do Rio de Janeiro, no mesmo momento que aconteciam as manifestações populares denominadas como Jornadas de Junho. Rafael, exercia seu trabalho, em condição informal, o que é uma realidade que incide sobre grande parcela da população excluída sistematicamente do mercado de trabalho, negra. Não participava dos protestos, e em meio aos tensos conflitos entre manifestantes e forças armadas, os sujeito, homem negro, é feito réu de sua aparição, pela seletividade penal racista, que é tão eficiente em encarcerar corpos negros que o faz, mesmo quando não estão inseridos no centro da situação.

Importante observar que todo a concentração de uma série de violências de distintas natureza ao homem negro, por ser lido antes de qualquer coisa, como negro, causa um processo de subjetivação pautado no dano, na dor, na repressão de suas emoções, o que cria muitos gatilhos emocionais e psicológicos, porque a ausência de referências positivas da sua própria existência é confirmada a cada agressão verbal, policial e simbólica que lhe é direcionada no seu dia a dia (FANON, 2008; SOUZA, 2013; FAUSTINO, 2014).

3.2 O PROJETO DE PAÍS PARA HOMENS NEGROS: GENOCÍDIO E NECROPOLÍTICA

As estratégias de luta encabeçadas pelos africanos e africanas escravizados/as contra a escravização, eclodiram, em diversas regiões do solo brasileiro, anteriormente dividido em províncias. Os movimentos de insurreições e revoltas protagonizados pela população africana da diáspora brasileira, eram

interpretados pelos senhores colonizadores como rebeliões, e caracterizavam embates de vida ou morte para os africanos escravizados (NASCIMENTO, 2019).

Abdias Nascimento (2019), em “O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista”, trata de como os quilombos possuíam táticas organizacionais militares, que visavam o levante contra os senhores de engenho. O autor destaca, diversas guerrilhas, de caráter anti-colonial, travadas entre estes grupos. À exemplo disso, há a grande revolta, que ocorreu em Salvador, a qual o autor não nomina, na noite de 24 de janeiro de 1835. Destacou-se dentre as demais revoltas que já haviam acontecido, na vigência do sistema escravista, por ter havido uma repressão coercitiva, da infantaria e cavalaria, que marcou um grande e sangrento massacre dos escravizados. Este movimento liderado por africanos das comunidades iorubás e das comunidades islamizadas, terminou em mortes em massa, e capturas de grandes nomes como Luísa Mahin - mãe de Luís Gama²⁰, e mais 81 pessoas que foram feitas prisioneiras, muitas executadas em 14 de maio do mesmo ano, enquanto outras foram condenadas a castigos e torturas físicos, como também a passar o resto de suas vidas no cárcere (NASCIMENTO, 2019).

É na esteira, desta realidade, que a lei geral de 1835 vai prever pena de morte para escravizados que enfrentem os seus senhores e feitores, pois os africanos e africanas que buscavam a emancipação, respondiam as violências de seus senhores, quando necessário. A Bahia, inclusive, foi um território foco desta lei, pois na primeira metade do século XIX, configurou-se como um território marcado por uma erupção de revoltas (AZEVEDO, 1987; NASCIMENTO, 2019).

O que poderíamos chamar de germe do sistema criminal brasileiro já se iniciou punitivista. De 1500 a 1822, o que seria um código penal eram as Ordenações Filipinas, notadamente o Livro V, onde predominava a esfera privada e da relação senhor proprietário-escravizado/propriedade. Com isso, a lógica do direito privado imperava já no nascedouro do nosso sistema e, dado o caráter violento do escravismo, já tinha em seu cerne as práticas de tortura, fossem psicológicas, fossem físicas, por mutilações e abusos sofridos pelos escravizados. Havia, com isso, diferenciação das penas entre escravizados e livres. Um exemplo é a execução da pena capital em que os “bem-nascidos” eram executados pelo machado, considerada uma morte digna, e aos demais era utilizada a corda, considerada uma morte desonrosa. Posteriormente, essa diferenciação não aparecerá na letra da lei, mas será exercida e sentida na aplicação da punição aos réus. As sanções e as

²⁰ Luís Gama foi um advogado negro abolicionista que nasceu livre, e dedicou sua vida na luta pela liberdade dos escravizados, tendo destaque suas realizações no âmbito jurídico, como o princípio jurídico que estipulava como legítima defesa, o escravizado que matasse o seu senhor (NASCIMENTO, 2019).

punições operadas na esfera pública diziam respeito a revoltas, rebeliões e organizações de resistência, como os quilombos, que transcendiam o caráter de crime contra o proprietário e se estabeleciam como crimes, considerados traições, contra a Coroa (BORGES, 2019, p. 58).

A criminalização possui poder jurídico legítimo, como exposto anteriormente, e social a partir da constituição de uma ideia de que a articulação e/ou agrupamentos de muitos negros escravizados, representavam ameaça direta para a sociedade, para os cidadãos. Nesse sentido, a vigilância e monitoramentos desses corpos e suas formas de objetivação, estão postas, e as prisões se caracterizam como a melhor alternativa de administrar esse “perigo”/manter a ordem, segundo a legislação, absorvendo uma mão de obra já explorada na esfera privada (senhor), e mantendo-a reclusa da sociedade, porém ainda na condição de trabalhador escravizado, produzindo agora para a esfera pública (ARAÚJO, 2004; BORGES, 2019).

Durante o período colonial, o trabalho escravo apresentava algumas particularidades, de acordo com aspectos geográficos, conforme realizado, em ambiente rural ou urbano, distinguia-se pela intervenção do Estado Colonial. No que cerne ao ambiente urbano, a necessidade de planejar e desenvolver a urbe começa a demandar uma mediação para além da existente entre senhor e escravizado, onde este era propriedade do senhor que consumia e geria tudo o que era produzido naquela terra, sob aquele tipo de exploração (ARAÚJO, 2004).

Com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, toda a estrutura administrativa, política, jurídica, econômica e militar da colônia se estabelece aqui. A cidade tornou-se o palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico do Estado português no Brasil. Ao mesmo tempo que dinamizava a sociedade local, essa transferência transformou o Rio de Janeiro num lugar onde nada deveria escapar à ação e ao controle do Estado. É a partir do embate entre o público e o privado que nasce o duplo cativo (ARAÚJO, 2004, p.26).

Partindo disto, o Estado Colonial passa a intervir no trabalho escravo, apenas nas áreas urbanas, para fins de lucros e controle social. Nas regiões rurais, os meios de punição continuam a ser exercidos por meio das relações de âmbito privado entre senhor e escravizado, sentenças manifestadas através de castigos corporais que os colonizadores executavam sobre os escravizados. Nas metrópoles, a estratégia montada pelo Estado é de criminalizar a mobilidade social e o deslocamento dos escravizados urbanos, estabelecendo toque de recolher, de forma que todos os escravizados flagrados transitando pela cidade, após o toque de recolher, eram detidos e capturados pelas forças militares da época. A implementação dessa tática,

torna-se rentável para o Estado, pois esses sujeitos que já detinham uma condição de refém, desde o processo de tráfico continental e trabalho forçado, agora passariam a trabalhar na construção de obras públicas, dentro de prisões, como forma de reparar o mal feito a ordem estatal (ARAÚJO, 2004; MBEMBE, 2018).

Sendo punidos tanto pelo aparelho público quanto pelo privado. Seu deslocamento, ócio e práticas culturais/espirituais encontravam-se cada vez mais condicionadas pela repressão do senhor e do Estado. Eram castigados por meio açoites, mantidos em calabouços, e submetidos a trabalhar em construções públicas quando aprisionados.

A necropolítica caracteriza-se como produção de morte, com viés político, de forma que o Estado realiza a gestão de quem deve viver, e quem deve morrer (MBEMBE, 2018). O descarte de vidas na sociedade moderna, obedece ao fator de subalternização racial como um de seus principais critérios, assim como foi no início da colonização, pois uma máxima da sociedade capitalista neoliberal, permanece sendo apropriar-se de riquezas, na base da exploração de corpos específicos. Em um modelo de sociedade, organizado pela colonialidade do poder estruturada pelo racismo, as vidas situações de precariedade e propensas a serem violentadas, institucionalmente, são estatisticamente, vidas negras, devido ao que 400 anos de escravização, significaram no seio deste país, e também para o fenômeno da globalização. Afinal, a migração do modo de produção escravista para o capitalista, foi promovido na marginalização e extermínio da população negra.

A juventude negra brasileira, tão enérgica, potencializa sonhos e esperanças, capazes de erguer comunidades, pois como bem sintetizam as espiritualidades de matriz africanas, como o Candomblé, escutar os mais velhos, expressa respeito, e revela que experiência é cargo, no mesmo caminho, que acolher os mais novos, expressa revolução, pois estes com a trajetória que estão para traçar, vão pavimentar estradas conhecidas, bem como ultrapassá-las e criar novas possibilidades, que inevitavelmente, conduzem a novas realidades.

Investir em germinar essas sementes que, via de regra, em uma sociedade pavimentada pelo racismo, encontram solos tão ásperos e secos, é uma forma de produzir resistência, ao mesmo tempo que se produz vida. Afinal, a necropolítica de Mbembe (2018), elucida como corpos negros são institucionalmente violados, se necessitam de suporte, são apontados como: bandidos, loucos, dependentes

químicos, malandros, embasada em arquétipos racistas, construídos pela classificação racial, e a necessidade de marginalizar corpos, em prol da consolidação de uma padronização eugenista, pessoas negras são inferiorizadas, ou tem suas necessidades negadas pelos profissionais de tais serviços, uma vez que a sociedade e suas instituições foram erguidas para apontar formas de controle social para a população negra (ALMEIDA, 2018).

A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, de acordo com o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre o Assassinato de Jovens (CPI, 2015). A política da inimizade é máxima na sociedade ocidental, quando trata-se de determinados corpos, uma sociedade racionalmente racista e binária, demanda a violência em seu interior, pois ainda que formalmente, seja socialmente difundido, pela mídia hegemônica, que o colonialismo foi superado, a colonialidade do poder se mantém presente, e racismo é poder, tanto material quanto subjetivo (QUIJANO, 2005; MBEMBE, 2018).

(...) guerra e raça ressurgem enquanto problemas cruciais da ordem internacional. O mesmo ocorre com a tortura e fenômenos de encarceramento em massa. Não só a diferença entre a guerra e a paz tende a se dissipar, mas a guerra “um gigantesco processo de trabalho” e a ordem militar tende a impor seu modelo à ordem pública do estado de paz (MBEMBE, 2017, p. 54).

As forças militares e policiais, com o desenvolvimento da tecnologia, que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, atualmente, apresentam grandes ameaças a resistência histórica dos negros e negras. Como, discorre Mbembe (2018), o Estado securitário, insere nas suas tecnologias de ponta, elementos de identificação por fenótipos e pele, potencializando a ideia de marginal associada a população negra, e pondo-os cada vez mais como um retrato falado dos crimes que ocorrem no Ocidente.

O controle de fronteiras, exemplifica tal realidade, a extrema-direita e seu modelo econômico neoliberal, proíbem que cada território nacional realize a fiscalização de seu próprio país, e em um panorama local, ocorre um processo semelhante, com o fenômeno das Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em que as regiões em que são instauradas, visam monitorar a população negra e periférica, ações como as revistas policiais são revelam um processo de guerra a população negra e não guerra as drogas, pois as atuações são pautadas na discriminação racial e classista, fazendo com que a camada popular do país, se sinta acuada, e responsabilizada, pela violência que os acomete, em uma lógica que quem se desloca

para ter que provar sua identidade é quem foi marginalizado (MBEMBE, 2018; BORGES, 2019).

Uma das ações de que mais se tem notícia na guerra às drogas são as paradas de suspeitos. As pessoas pouco sabem sobre seus direitos de ficarem em silêncio ou de se recusarem a responder determinados questionamentos. Pior ainda, a polícia, agindo como a própria lei, e tendo o poder do Estado investido em si naquele território, obviamente deixa as pessoas intimidadas. Ao crescer aprendendo que a polícia é um agente repressor que mata, dificilmente um jovem negro, mesmo sabendo de seus direitos, terá coragem de não responder a perguntas ou questionar alguma abordagem. Não responder pode ampliar a suspeição sobre o indivíduo em uma sociedade do senso comum de “quem não deve, não teme (BORGES, 2019, p.91).

O tráfico de drogas relaciona-se exatamente com essa discriminação histórica da negritude, e como habita majoritariamente nestes territórios, a interveção militar que o Estado faz, visa vulnerabilizar toda a comunidade. Além de usar do sistema jurídico consolidado pelo racismo para definir a punição, que por fins de seletividade penal, elege corpos negros como traficantes mesmo quando estes são apenas trabalhadores, moradores locais, ou no máximo usuários.

O comércio ilegal tanto de drogas quanto de armas, não inicia seu ciclo nas periferias, muito pelo contrário, são os indivíduos burgueses que fazem deste mercado de produção de morte da juventude negra, um negócio, passível de lucro, uma vez que as investigações e a culpa estão institucionalmente voltadas para monitorar e criminalizar os negros e negras. É analisando o prisma desta realidade que conclui-se que a guerra às drogas possui centralidade no genocídio da população negra brasileira (ARAÚJO, 2004; BORGES, 2019).

O Relatório Institucional Atlas da Violência de 2020, realizado pelo Governo Federal, Ministério da Economia e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), coletou dados relevantes para a discussão da vulnerabilidade dos jovens negros do sexo masculino. O documento constata que entre os anos de 2013 a 2018, a variação do número de homicídios de jovens²¹ homens na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, aumentou em 39,9%, de 2.554 homicídios em 2013, a 3.574 homicídios em 2018. Ao debruçar-se sobre o perfil dos homicídios no Brasil, o mesmo relatório atesta que “o padrão de vitimização por raça/cor, que indica superioridade dos homicídios

²¹ De acordo com o Estatuto da Juventude, prescrita na Lei nº 12.852, é compreendido como jovem os sujeitos da faixa etária entre 15 e 29 anos de idade. No Brasil, atualmente, correspondem ao quantitativo de 51 milhões de jovens.

entre os homens e mulheres negros (pretos e pardos), em relação a homens e mulheres não negros, chegando a ser 74,0% superior para homens negros e 64,4% para as mulheres negras.” (IPEA, 2020).

O punitivismo, demandou sua implantação por intermédio de leis, e a organização de um aparelho estatal que respondesse pela normatização social. Desta forma, uma classe dominante racista, gere um Estado racista sobre legislações racistas. Logo, o superencarceramento, veio subsidiado de uma série de leis que visavam ampliar a vigilância e o cárcere da comunidade negra e pobre. No ano de 2006, a aprovação da Lei número 11.343 impulsionou a detenção de tais corpos, como máxima em todo território brasileiro. À exemplo disso, há o fato de que em 1990, a população prisional no Brasil correspondia a cerca de 90 mil pessoas. Ao longo de 2 décadas e meia depois, elevou-se para 726 mil encarcerados, sendo que metade deste superencarceramento ocorreu entre o período de 2006 até 2016 (INFOPEN, 2015).

Historicamente, a população negra foi acometida por muitas doenças, como tuberculose e varíola, mas as intervenções eugenistas, somadas ao racismo estrutural, não eram reconhecidas como cidadãos dignos de acesso aos direitos sociais e serviços públicos. O foco do Estado era em desenvolver vacinas e ações de prevenção para doenças que acometiam aos brancos, principalmente, como a febre amarela que tornou-se prioridade na agenda da saúde pública, em um contexto de fim do período escravista, o que indicia, traços da necropolítica de Mbembe (2018), no que tange a discriminação dos negros e negras no acesso a serviços de saúde, assistência, habitação.

E claro, por exemplo, que havia motivos, digamos, nada óbvios ou "neutros", na opção em priorizar o combate à febre amarela em detrimento da tuberculose — uma doença que, como já foi mencionado, os próprios médicos associavam à nutrição e às condições de trabalho e de vida em geral da população. Durante todos esses anos de crise aguda de saúde pública na cidade do Rio (entre aproximadamente 1850 e 1920), a tuberculose matou muito mais do que quaisquer das outras doenças epidêmicas. A tuberculose, porém, parecia atacar indiferentemente brancos e negros, nacionais e estrangeiros e, desculpa suprema, era doença extremamente grave até mesmo em Paris, o que nos eximia de qualquer culpa por abrigar a peste.⁵⁶ A febre amarela significava basicamente o oposto: além de não acometer Paris e deflagrar o Rio anualmente, era um verdadeiro flagelo principalmente para os imigrantes (CHALHOUB, 1996, p. 54).

A tuberculose aflige ainda hoje, a população negra e periférica por serem os mais vulneráveis à transmissão devido às condições de vida que são submetidos, mesmo depois de um século de seu surgimento (CHALHOUB, 1996). Em contrapartida, sanou-se, a epidemia da febre amarela, pois esta configurou entrave no que cerne as táticas de pleno embranquecimento da população nacional, através da imigração dos europeus para o Brasil, inclusive a eugenia como forma de genocídio da negritude não foi abandonado, agora ele adquire novas intervenções, como, por exemplo: o ataque as universidade em um contexto em que o acesso de negros e negras alavancou-se devido a política de cotas.

A cartilha “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016” produzida pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP) em parceria com áreas do Ministério da Saúde, contou com a participação de especialistas e com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos. O documento, se propõe a “auxiliar a compreensão das vulnerabilidades e, assim, instrumentalizar a gestão no desenvolvimento de ações e estratégias para prevenção do suicídio e atendimento integral para as faixas etárias mais jovens da população negra” (DAGEP, 2018).

O levantamento destaca comparações interseccionando gênero e raça. Afirmam que “Em adolescentes e jovens negras o risco de suicídio foi 20% maior que entre brancas, em 2016”, segue atestando que, “em adolescentes e jovens negros do sexo masculino o risco de suicídio foi 50% maior que entre brancos, em 2016”. Logo, após concluem que dentro da comunidade negra “a cada suicídio no sexo feminino ocorreram, em média, seis no sexo masculino, 2012 a 2016” (DAGEP, 2018).

A intersecção de raça, identidade de gênero e sexualidade são mediações fundamentais para o aprofundamento acerca das frentes que compõem o punitivismo, adoecimento e patologização da população negra. Apenas, em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS), retirou a transgeneridade da condição de “transtorno de identidade sexual”, em documento oficial, da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). Significa que a patologização da população trans, impulsionou a produção de violências para o grupo, tendo legitimidade nos aparelhos estatais, e contribuindo para a reprodução de transfobia pelo senso comum.

Em relação às identidades trans masculinas negras, cabe destacar, que o controle social sobre tais corpos, é estruturado pelo racismo, em consonância com a transfobia institucionalizada em todas as dimensões da vida social, perpassando os estabelecimentos públicos, assim como a esfera privada das relações sociais. Desta forma, homens trans negros são alvos da mesma violência exercida pelo Braço Penal do Estado sobre homens negros cis héteros/gays/bissexuais, principalmente os homens trans negros que realizaram o processo transsexualizador, ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De forma que, devido ao processo de hormonização, os homens trans, conseguem obter uma leitura social, do que a sociedade moderna, binarista, e portanto transfóbica, compreende como homens (ALMEIDA, 2012).

Os homens negros trans, independentemente de realizarem o processo transsexualizador, são identidades masculinas negras, atingidos pelo racismo. Ocorre que trata-se de ter sua autonomia preservada, e garantia de alternativas, para que eles exerçam a escolha. Pois, as condições que os levam a não acessar as políticas de saúde que os tem como público alvo, pode derivar da sua escolha própria, ou, de uma discriminação institucional que os impede de acessar a saúde pública, e aqui deve se dar ênfase às dinâmicas da institucionalização do racismo, e da transfobia, que os condicionam a múltiplas violências e uma dupla subordinação. Logo, ao debruçar-se sobre o genocídio negro, é necessário fazê-lo, atentando-se para o fato de que, como afirma os Atlas da Violência 2020, o perfil majoritário dos LGBT's, alvos de lesão corporal e homicídios no Brasil, são negros e negras (IPEA, 2020). Portanto, os crimes de ódio cometidos contra a população LGBT, também compõem as estatísticas de genocídio negro.

Instituições como as prisões, e os manicômios são fundamentais para a lógica de reprodução de hierarquias sociais, que sustentam a sociedade moderna. O poder exerce-se sobre os corpos, marcando-os sobre eles estigmas que correspondam a sua posição de marginalizado. Seja pela compulsividade do encarceramento, imposição de normalidade racista ou um punitivismo covarde sobre a juventude negra. O racismo em mediação com o sistema capitalista, interligam as diversas formas de genocídio e controle social direcionado aos negros e negras, cercados pelo agenciamento do Estado que executa o genocídio, através de intervenções ou pela ausência das mesmas.

Em relação aos manicômios, é preciso questionar o conceito de “loucura” que é difundido na sociedade, porque o padrão de normalidade pode derivar de interesses privados existentes numa ordem definida por disputas de forças sociais. Para levar a exclusão de uma parcela de pessoas dos espaços de tomada de decisões, de forma a criar estigmas sobre essa população. O que é um processo de desumanização. A ideia de que os loucos devem ser mantidos em manicômios perpetua uma forma de preconceito, como uma forma de os deixar alheios às relações sociais, além de naturalizar uma condição que é socialmente gerada (PASSOS, 2018).

Historicamente, a “loucura” é construída a partir de uma oposição entre razão e emoção. A loucura seria categorizada como percepções racionais conturbadas, ou seja, formas de compreensão da realidade que desviasse da racionalidade, por esta se tornar um conceito fundamental da sociedade ocidental desde o Renascimento. É a partir dessa ideologia que os manicômios irão começar a surgir, para confinar os diagnosticados como loucos, retirando-os a chance de serem reinseridos nos espaços sociais, e reduzindo-os a sua patologia (PASSOS, 2018). De acordo com Deivison Faustino (2020), o psicanalista e militante negro Frantz Fanon, em sua atuação como chefe do Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville, na Argélia, depara-se como uma realidade produzida pela colonização:

Essa segregação social refletia-se no funcionamento do hospital psiquiátrico: havia a ala dos homens franceses, dos homens africanos e das mulheres. Uma das coisas que Fanon vai fazer é dissolver essa forma de funcionamento e criar uma outra separação baseada nos transtornos e demandas de cuidado dos internos e não na nacionalidade. Essa postura vai criar muito descontentamento em pacientes e funcionários (FAUSTINO, 2020, p. 43).

A divisão racial das alas psiquiátricas, equiparam-se as políticas de eugenismo, uma vez que compõem a proposta manicomial que alimenta a segregação racial, imputando em corpos negros a permissividade para que brancos especialistas, possam utilizar de um leque de teorias analíticas para justificar a inferioridade da população negra. Assim, a lógica da medicalização, internação compulsória, métodos esterilizantes, e demais praticas de tortura, a partir do racismo, conseguem erguer muros, confinando vidas negras, e materializando o aniquilamento de subjetividades racializadas.

O processo de reclusão e punitivismo, incidem sobre toda trajetória de vida de pessoas negras, e homens negros, em especial. Pois as intervenções do Braço Penal do Estado ocorrem, sobretudo, em territórios em que a população negra foi condicionada, devido a 400 anos de escravização, circunscritas em uma realidade social de empobrecimento e marginalização.

O corpo, na lógica ocidental foi concebido enquanto este espaço-tempo, em que se materializam marcas emblemáticas, no caso de pessoas negras, construindo as possibilidades e subjetividades atreladas à negatividade. Pois é sobre tais corpos que se aplica a pedagogia do medo, em que punição, criminalização, e violência são constantes como forma de demarcar lugares subordinados, de herança colonial (BORGES, 2019).

3.3 MASCULINIDADES NEGRAS, ÁLCOOL E DROGAS – APONTAMENTOS PARA O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

As reflexões que farei neste momento serão atravessadas por vivências subjetivas e objetivas, que perpassam, a realidade coletiva de homens pretos, partindo do que Frantz Fanon denomina de complexo de inferioridade do ser negro, analisando minuciosamente uma série de processos que implicam sobre esta classe. Em intermédio de Fanon (2008), e Evaristo (2014), há que se levar em consideração que eu sou um homem preto e assistente social em formação, pois este processo demarca uma escrevivência e leitura da realidade que é crítica, ética, e dialética, enquanto sou fruto de processos configurados historicamente, a partir da inserção de homens pretos no Ocidente, da elaboração do Serviço Social no campo acadêmico, profissional e sua relação com a população e epistemologias negro-africanas (FANON, 2008; EVARISTO, 2014).

Em “Olhos d’ água”, de Conceição Evaristo (2014), a obra literária é humanizada. Este livro é um conjunto de contos, em que a escrita é movimento, onde a sensibilidade, a corporalidade, e a ação confundem-se, assim estes contos vividos por mulheres negras, são pluriversais, e compartilhados, pois refletem umas às outras. Tais narrativas, são plenamente poéticas, e ficticiamente reais. Nestas linhas, Evaristo (2014) incorpora as escrevivências, ela mulher negra, igual a todas, Ana Davenga, Luamanda, Zudu.

A fundamentação deste trabalho, resgata compreensões, como a que Sobonfu Somé (2003), trabalha em “O Espírito da Intimidade”, em que baseia-se em cosmopercepções africanas, a respeito da relação entre masculino e feminino, sobre uma perspectiva de dualidade. Isto significa, que as mediações, leituras, e críticas realizadas, são produto de experiências negro-africanas, alicerçadas sobre uma proposta de relação entre homens e mulheres, que não é a compreensão ocidentalizada, que está instaurada na estrutura e nos projetos sociais em vigor (SOMÉ, 2003).

Ancestralidade, coletividade, oralidade, características presentes no Berço Meridional (DIOP, 2014), transportaram-se para o continente americano, coercitivamente, mas presentes nestes corpos, de mulheres negras, de homens negros, que carregam com profundidade a realidade social, daqueles que além de ocuparem e disputarem lugares e narrativas, também são as corporalidades que originaram cosmopercepções, em seu Berço originário, e deram continuidade a suas tecnologias, mesmo em diáspora (SOMÉ, 2003; EVARISTO, 2014).

Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias (EVARISTO, 2014, p. 12).

Os diários de campo aqui expostos, são ferramentas de sistematização do curso de Serviço Social, caracterizam uma metodologia rica em elementos para análise, mas também confunde-se com vivências, escritas, por mim, descritas. “Escrever é uma maneira de sangrar, (...) mas a gente combinamos de não morrer.” (EVARISTO, 2014).

O estágio no Instituto São Francisco de Assis, pertencente a UFRJ, foi o responsável por me introduzir e aprofundar perante os desafios, trabalho e vivências que rodam a NPRAD - Unidade de Atenção aos Problemas Relacionados a Álcool e Outras Drogas pelos profissionais, mas principalmente, pelos pessoas, em sua maioria homens negros, que usurfiem daquele serviço. Este foi o campo de estágio que permitiu o registro destes diários de campos, e também compôs este conceito de

escrevivência, organizado por uma dualidade complementar, em consideração que o pessoal e profissional.

A equipe multiprofissional da NPRAD, é composta por assistente social, psiquiatra e enfermeira. A NPRAD atualmente está alinhada com a perspectiva de ser um ambulatório AD, ou seja, um centro onde os usuários de álcool e outras drogas possam ser atendidos por todos os profissionais citados anteriormente constituindo assim um tratamento, e também a construção da autonomia desses sujeitos.

O acolhimento de tais usuários é realizado todas as quintas-feiras, das 9h às 13h, por um dos profissionais, podendo ser o serviço social, psicologia, psiquiatria ou enfermagem. A partir daí são marcadas consultas com os outros profissionais que não estavam no acolhimento daquele sujeito, e o mesmo é orientado a participar do Grupo de reflexão, que acontece às segundas e sextas, no turno da manhã (9h), e convidar seus familiares a participarem do Grupo de familiares, que acontece às terças a tarde.

O grupo de reflexão se propõe a ser um espaço de protagonismo dos usuários, são eles que decidem os temas de cada encontro, e a mediação comumente é feita pelo serviço social, porém não é uma obrigação. Os residentes (enfermagem, serviço social e psicologia) participam e levam suas contribuições, assim como os estagiários de serviço social, ambos alunos da graduação da UFRJ.

O ambulatório (NPRAD) faz parte da Coordenadoria de Atenção Primária 1.0, é responsável por atender o público de álcool e outras drogas, de todo o território do centro do Rio de Janeiro, e alguns poucos bairros da zona norte. Mas temos usuários de outras regiões da cidade (realengo, por exemplo), inclusive até de outros municípios (Belford Roxo e afins). Inicialmente encaminhamos os usuários de outras regiões para o CAPS ad, de sua região, verificamos antes se existe e se estão atendendo, mas caso seja mais viável para o usuário realizar o tratamento na NPRAD, é feito seu acolhimento lá.

A partir das consultas, é aberto o prontuário do usuário/paciente, e a cada reunião do Grupo de reflexão, preenchemos (residentes ou estagiários) o BDPE - minha supervisora não lembra exatamente o que significa a sigla - mas é uma ficha com dados do usuário, entre eles: nome, número do cartão do SUS, raça/cor, sexo,

endereço e telefone. Essa ficha é preenchida a cada reunião como uma forma de registro de que o usuário está respondendo ao seu tratamento.

Descrito as atividades principais da NPRAD, vou iniciar a exposição do trabalho do serviço social, inserido na área de álcool e outras drogas, atendendo a população negra, e os dilemas que decorrem de tal cotidiano de trabalho que cruza-se com vivências plurais.

Quadro 1: Espelho

Espelho

Meu primeiro dia participando dos *Grupos de reflexão*, realizados no meu campo de estágio, foi também o primeiro dia participando dos atendimentos sociais junto a minha supervisora. Cheguei na unidade, com 15 minutos de atraso, pois estava testando o tempo de deslocamento de casa até o campo de estágio. Adentrando a sala da equipe, soube que o grupo já havia iniciado sob a mediação de minha supervisora, me apressei para a sala ao lado (a sala do grupo é a mesma que ocorre os atendimentos, obviamente, em horários diferentes), e me surpreendi positivamente, pois a sala estava cheia, a ponto de haver nem sequer cadeira para que eu sentasse, provavelmente uma média de 20 usuários participantes e pontuais. O tema daquela semana era sobre preconceito social. Tema interessante, e eu cheio de inquietações, movidos por uma curiosidade de quem confirma cada dia de sua experiência pessoal, que raça é a maneira como a classe é vivida, como explica Angela Davis, naquela sala não seria diferente. O que me desencadeou ainda mais indagações foi o fato de que aquela sala, além de ter cor, também continha gênero. Foi um encontro desconfortável, uma vez que me deparei com homens como eu, como meu pai, meus avôs, homens que continham um defeito de cor, e por isto suas vivências se interseccionam. Os depoimentos e relatos, destes sujeitos, eram atravessados por denominadores comuns, como a violência policial, generalizada por uma legislação anti-drogas, que permite enquadrar estes homens negros, como traficantes, ainda que sejam meros usuários. Homens trabalhadores, que exercem trabalhos no mercado informal desde cedo, pois a base escravagista deste país, os roubou, marginalizou e agora os violenta. Argumentavam isto, o quanto o fato de serem usuários de psicoativos, não os torna bandidos, ou *seres violentos que estão a solta para fazer o mal*. Que esta condição não, necessariamente, invalida sua capacidade para o trabalho, nem a sua moral individual, assim como não deveria, mas institucionalmente destituiu-os do reconhecimento de seus direitos. Afinal, quando tiram nossa humanidade, o que sobra? Permaneci a reunião toda quieto, fora o fato de ter lhes cumprimentado e apresentado quando cheguei, porque além do espaço ali ser de protagonismo deles, estava compreendendo a dinâmica, após tanto relatos, com bagagens diferentes, mas que compartilhavam o mesmo tratamento da sociedade. Ao fim do grupo, senti que ali deveria estar, porque apesar, de alguns daqueles homens aparentarem ter uma personalidade mais introspectiva, e terem escolhido apenas escutar, mesmo quando eram convidados pela minha supervisora, a também dividir suas percepções, vivências, provocações, no lugar de escuta que eu também ocupei, eu percebi que de fato aquela dinâmica funciona para muitos deles, pois se reconhecem, enquanto sujeitos, enquanto humanos, e aliviou um pouco a insegurança que eu imaginei que ali também se faria presente, de duvidar do seu potencial, ou, por vezes, não enxerga-lo, medo que sei que aflige cada homem e mulher negra neste país, e ele também se fazia presente nos sujeitos daquela sala, mas ali também, este medo era confrontado, exposto e em alguma medida, trabalhado. Seguimos o trabalho na NPRAD, realizando o preenchimento do BDPE, que serve para que a unidade tenha um controle da frequência dos usuários, esta ficha é preenchida após participarem das reuniões e atendimentos individuais com algum dos profissionais de enfermagem, assistente social e psiquiatria. Os atendimentos iniciaram-se na tarde daquele dia, às 14:00, em ponto. Entramos na sala, chamamos pelo primeiro usuário do dia, Mar. Mar é um homem negro, de 61 anos, cuja uma parte de sua trajetória de vida foi atravessada, pelo desenvolvimento de uma relação de dependência com o álcool, e eventualmente, outras substâncias. Aquela não era seu primeiro atendimento, muito pelo contrário, o único calouro ali era eu. Mar acompanhava por onde ia uma mochila dessas estilo cargo, bem reforçada, na qual guardava todos seus documentos. Acontece que ele já está há cerca de 4 anos em abstinência do uso de psicoativos, encontra-se há mais tempo, cerca de 6 anos, em uma Comunidade Terapêutica/Instituição Religiosa, na qual ocupava a função de cozinheiro, em troca da residência e alimentação ali, foi o primeiro usuário de quem participei de seu atendimento. Por ser um atendimento contínuo, minha supervisora seguiu com os encaminhamentos, e isto foi o que consegui captar de sua história de vida. As demandas de Mar, eram referentes a sua saúde integral, e viabilização de benefícios, já estava na posse de seu Riocard Especial, porém, Mar apresenta perda parcial de visão, e um diagnóstico de hérnia de disco, o que torna inviável para ele que continue cozinhando para toda a sua ala de colegas da instituição. Na mochila dele, estava os exames laboratoriais e de imagem, o encaminhamento de minha supervisora, foi para o Instituto Nacional de Seguridade Social, para que apresentasse os exames na perícia, e possivelmente lhe fosse concedido o benefício de Invalidez por doença.

Ele não havia ido ao *grupo de reflexão* naquela manhã, devido às suas ocupações na comunidade terapêutica, e apesar de ser muito grato ao tempo e apoio que relatou ter tido lá, ter acesso ao benefício o ajudaria a ter seu próprio canto, e cuidar melhor de sua saúde, o que minha supervisora frisava frequentemente, e o próprio concordava, afinal seguia suas orientações e também era tão assíduo nas idas à Clínica da Família, quanto suas idas na NPRAD. Depois de um longo diálogo, com orientações, escuta, atualizações, demandas, encerrou-se a consulta, e marcamos seu retorno para o próximo mês. Como na NPRAD, são 2 estagiários de Serviço Social, o próximo atendimento e último, pois os demais faltaram, foi feito pela minha supervisora, e pela minha colega de estágio. A mim, foi incumbida a tarefa de realizar a atualização do prontuário de Mar, do qual eu fiquei ansioso pois era meu primeiro contato com um prontuário, de um atendimento ao qual eu fiquei muito imerso. Observei com cuidado, as últimas atualizações para saber como proceder no que iria escrever, e ao terminar. Não conseguia parar de pensar sobre Mar e sua linguagem corporal com a mochila a qual carregava, ele a segurava, como quem protege seus bens de maior valor, e eu fiquei imerso pensando que, de fato, muitas referências sobre a sua pessoa, sobre a sua pessoa, encontravam-se ali, e extremamente organizadas, diga-se de passagem, porque durante o atendimento, ao mostrarmos os diversos documentos, exames, encaminhamentos, até mesmo folhas A4 com endereços e telefones, era perceptível, o quão bem ele preservava suas coisas, que não eram apenas uma papelada, materializavam muito de suas necessidades, inseguranças, desejos, e planos. E neste intervalo de superações e fragilidades, não conseguia dissociar o pouco de sua vida, que fiquei a par, da sua condição enquanto homem negro, aos 61 anos, com um longo histórico de trabalho braçal, com muitas rupturas, dentre elas familiares, certamente alvo das mesmas ferramentas de racismo institucional e policial, que relatavam os usuários do grupo, naquela manhã. Quantos homens negros são forçados a amadurecer desde cedo, e envelhecer na sua própria companhia, num intervalo de vida entre a juventude e a terceira idade, no qual teve que batalhar diariamente pelo seu próprio sustento, pois até para isto, para a construção de nossa autonomia, em um mundo em que nossas referências negras masculinas são apagadas, temos que lutar.

Extrato do Diário de Campo de Estágio. Anotações pessoais para acompanhamento do processo pedagógico de Estágio Obrigatório (PEREIRA FILHO, 2019).

A população negro-africana, tanto a diaspórica, quanto a continental, tiveram introjetado no seio de suas comunidades, uma nova dinâmica de relações entre homens e mulheres, que partindo de uma ótica ocidental de estabelecer-se relações hierárquicas, polarizadas e violentas, culminou na concepção de gênero. Desse modo, a compreensão de dualidade entre homens e mulheres, muito pautada pela espiritualidade, e bem-estar das comunidades africanas, foram atravessadas violentamente, pela colonização, codificação de corpos e uma lógica binária e hierárquica, em todos os espectros de convívio social (SOMÉ, 2003; FANON, 2008).

Este movimento da universalização do poder, é racializado, e generificado, colocando a masculinidade hegemônica, como a força social soberana. Mas é necessário destacar, que este mesmo movimento, promoveu-se igualmente sobre as feminilidades, resultando em uma feminilidade enfatizada, e feminilidades subordinadas²². Assim, monta-se uma equação em que a hegemonia se faz presente

²² Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013) conceitualizam no artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, as feminilidades enfatizadas como aquelas que se sobrepõem às feminilidades subordinadas, pois existe uma relação de exploração e silenciamento, em que estas

tanto para determinados homens, quanto para determinadas mulheres. Logo, os homens e mulheres que escapam desta condição devido a mecanismo racista e cisheteronormativos, compõem o núcleo de masculinidades e feminilidades subalternas.. Ocorre que as condições de gênero hegemônicas, detêm poder econômico, político, epistemológico, sobre as condições subalternas. (FANON, 2008; AKOTIRENE, 2018; ALMEIDA, 2018)

Uma vez que a discussão sobre gênero implica uma relação, construída sobre a binaridade, significa que a auto-determinação dos sujeitos do espectro feminino devem ser priorizadas, função que é cumprida por movimentos como o feminismo e o mulherismo-africana, através do protagonismo feminino, mas também há que priorizar a auto-determinação das identidades masculinas subalternizadas, pois falar de masculinidades, pressupõem destacar quem oprime, e quem é oprimido, inclusive pelo patriarcado, dentro do campo das identidades masculinas. Assim como, no campo das feminilidades, existem relações de poder, racializadas, que determinam que pode explorar, e quem pode ser explorada.

A trajetória de Mar (nome fictício registrado no relato), usuário da NPRAD, é atravessada por estas relações de poder e subalternidade, em um país que mata um jovem negro a cada 23 minutos, Mar conseguiu sobrepor esta estatística ao chegar na terceira idade, mas o racismo e suas expressões continuaram a persegui-lo, trabalhando sua vida toda no mercado informal, executando trabalhos braçais, o adoecimento do qual queixava-se agora, decorrem de tanta exploração que é exercida sobre corpos negros masculinos, hipermasculinizando-os para a acumulação de patrimônio, os que realmente possuem poder, e são privilegiados por serem homens, e por serem brancos, logo, hegemônicos (EVARISTO, 2014, FAUSTINO, 2014).

Assim como a maioria dos usuários da unidade, Mar, não é concebido socialmente como homem, e sim como negro (FANON, 2008). E como sintetizado, brilhantemente, nas linhas da artista revelação da cena do Hip Hop, Cristal. Negros falam de notas / E morrem por notas e vivem por notas / São versos e drogas, são estudos e cotas / E cortes sem balas, são essas palavras / Tudo isso atira em negros

se destacam sobre as masculinidades e feminilidades subordinadas, mas permanecem abaixo da masculinidade hegemônica.

vivos!²³ A rapper narra como negros e negras nos trabalhos que exercem, são alvos de discriminações estruturais e institucionais que visam deixá-los estagnados, espoliando-os ao máximo, para que não ascendam, simultaneamente, também são alvos de violências que ameaçam suas vidas nas ruas, que são exercidas pelo aparato público, quanto nas relações de âmbito privado.

O que a análise deste diário aponta, é que homens negros também ocupam intersecções, também são encruzilhados, pois o sistema só se mantém de pé, enquanto estes homens estiverem sendo generalizadamente, submetidos a exploração, e a retaliação, que os impede de ampliar suas frentes de luta, pela sua liberdade, e por isto em muitas trajetórias são marcadas por interrupções, pelo álcool e drogas, violência estatal, adoecimento físico e mental, ou tudo isto, porque uma expressão conduz a outra.

João Alberto Silveira Freitas, foi espancado até a morte por um segurança e um policial militar temporário, no supermercado do Carrefour, localizado na cidade de Porto Alegre. O assassinato ocorreu nas vésperas do dia da Consciência Negra, 19 de novembro de 2020. O sujeito de 41 anos, foi brutalmente morto, por autoridades, que deveriam prestar proteção e segurança aos sujeitos. Tal modalidade de crime, perpetra a vida muitos homens negros, como a de João Alberto, Beto. E as forças institucionais do país, utilizassem da cor da pele de homens e mulheres, para condená-los, retirá-los a máxima da presunção de inocência, em coro com camadas reacionárias da população que relativizam o racismo, mesmo em casos de homicídio dolosos, ainda que seja no mês, e 24 horas antes do dia que também marcou o assassinato de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro.

²³ Faixa “Ambição”, da rapper Cristal.

Quadro 2: Banzo

Banzo

Iniciamos o dia com o Grupo de reflexão, minha supervisora fez uma introdução do tema sobre a importância do direito a saúde, e enfatizando que o comprometimento deles de estarem ali materializa esse direito. Após isso, ela me apresentou para eles e pediu para eu socializar a pesquisa que fiz sobre serviços e instituições que prestam auxílio aos usuários que acessam a política de saúde e tem esse direito institucionalmente negado, através de discriminações exercidas pelos profissionais. Minha apresentação seguiu esses tópicos: Unidade de Saúde, Central de Atendimento 1746, Ouvidoria e Câmara de Resolução de Litígios da Saúde/Defensoria Pública da Saúde, Plantão Judiciário. Comecei falando da importância deles serem acompanhados e atendidos no posto de saúde/clínica da família do seu território, expliquei o objetivo disso e entrei no tema, falando que caso eles dúvidas sobre alguma necessidade que aquela unidade de saúde não está prestando, o primeiro passo deve ser entrar em contato com a Central de Atendimento da Prefeitura, através do telefone 1746, site ou app, de mesmo nome. Lá, eles recebem orientações mais específicas. Caso, a intenção seja realizar reclamações de atendimentos, tratamentos discriminatórios, complicações sobre exames ou medicamentos que deveriam ser oferecidos mas não foram, expliquei que eles podem ligar para a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, ou irem até a sede dela. Também expliquei que nesses casos, a judicialização é uma opção e ela é realizada pela Defensoria Pública da Saúde, especifiquei para eles quais documentos exatamente eles necessitam para abrir processo, orientei a guardar todos os registros/documentos das unidades de saúde a que eles têm acesso. E por fim, falei sobre o Plantão Judiciário, que é a instância responsável por cuidar de situações de emergência dos usuários da saúde, referentes a internações, exames, medicamentos. Dado isso, eles começaram a relatar suas experiências tanto positivas quanto negativas acessando serviços e instituições de saúde. Irei destacar aqui, as falas e colocações que mais me chamaram atenção para depois refletir sobre elas. O primeiro usuário a falar sobre o tema, disse sobre como os seguranças são os primeiros a te abordar assim que você chega em uma unidade de saúde. Disse que *“chega um negão de 2 metros”*, como uma forma de abordagem discriminatória, e que a partir daí começa o descaso, pois cada um funcionário que te atende, *“te encaminha pra um, que te encaminha pra outro, e esse outro não está”*, reclamou que não há comunicação boa e nem uma humanização daquele indivíduo. Após ele, muitos outros relataram situações desagradáveis em cima do que ele falou, e minha supervisora foi articulando suas falas com a pesquisa que eu tinha realizado. Mostrando quais canais ele poderiam se dirigir em cada instituição. A questão da discriminação foi o fator mais tocado e vivido por todos os usuários presentes no grupo. Uma fala de um usuário mais antigo no ambulatório, polemizou a discussão, este disse que *“todo dependente químico é ruim, não tem um que salve”*, afirmou de maneira categórica por ser um, e foi rebatido pelos demais usuários. A assistente social deixou quem levantou a mão, fazer sua fala/resposta e foi fechando a reunião daquele dia refletindo em cima da questão da discriminação e da fala polêmica do usuário, partindo da sua perspectiva de profissional que atua na saúde e nessa área. Desenvolvendo sua fala, ela disse sobre como esse estereótipo é danoso e não condiz com a realidade, trouxe exemplos de tantos casos que ela atendeu e acompanhou que responderam ao tratamento de forma muito positiva, e que foi um trabalho árduo, contínuo e repleto de empecilhos mas que são capazes de serem superados, e que exercer seus direitos e exigir que os mesmos se cumpram é fundamental para isso. Apontou como é dever dos profissionais da saúde realizarem suas funções e servir ao público, que em situações de violação os mesmos devem ir a ouvidoria da SMS ou buscar equipamentos jurídicos para a resolução de tais questões, em último caso. Por fim, enfatizou a questão da coletividade, e como isso se manifesta muito forte na saúde mas eles podem estender a luta por direitos para todas as áreas.

Extrato do Diário de Campo de Estágio. Anotações pessoais para acompanhamento do processo pedagógico de Estágio Obrigatório (PEREIRA FILHO, 2019).

Achille Mbembe (2018) expõe que a política é uma ferramenta que realiza a gestão de corpos matáveis, associada a noção de biopoder, elaborada por Foucault, assume-se uma dinâmica de estratificação da espécie humana, que aliada a

construção da inimizade, torna a sociedade um campo propício para as práticas genocidas. Para o autor, o racismo é o motor da política da morte, pois é a partir dele que configura-se uma soberania que autoriza a execução de corpos, através da supressão de direitos de direitos sociais, civis, e políticos, além da força bélica, seriam estas as duas frentes que compõe a necropolítica (MBEMBE, 2018).

Assim, as ações de racismo institucional, vão ao encontro da necropolítica, pois o Ocidente, estipulou formas de proteção social para os indivíduos de pele branca, tendo em vista, direcionar a política da inimizade a população negro-africana (ALMEIDA, 2018).

A NPRAD é um serviço público que lida com a promoção de saúde integral para os usuários de álcool e outras drogas, que é um tipo de tratamento que demanda acompanhamento contínuo, devido a probabilidade de recaídas, que podem levar novamente ao abuso das substâncias, e a depender da gravidade do caso, desencadear episódios de crise.

A discriminação que os usuários do Serviço Social da NPRAD relatam, deriva da sua condição de tratamento em saúde em álcool e outras drogas, mas assim como Mbembe (2018), afirma que a necropolítica é fundamentada no racismo, também é esta discriminação vivida por estes usuários. Afinal, a sua leitura racial de negros chega antes para as pessoas, que qualquer outra informação. E por serem negros que os serviços, mesmo públicos, são negados ou dificultados, porque pessoas brancas que se encontram nesta mesma condição, são tratadas socialmente como prioridade no tratamento, e sobretudo, na reinserção social. A expectativa social sobre corpos brancos é a de normalidade, liberdade para circular e acessar, quando encontram-se em posições, definidas pela branquitude burguesa, como desviantes, o intuito é de salvá-los dessa realidade, pois, para eles, ali não é seu lugar (FANON, 2008, MBEMBE, 2018).

A questão da discriminação foi o fator mais tocado e vivido por todos os usuários presentes no grupo. Uma fala de um usuário mais antigo no ambulatório, polemizou a discussão, este disse que “todo dependente químico é ruim, não tem um que salve”, afirmou de maneira categórica por ser um, e foi rebatido pelos demais usuários.

Simbolicamente, todos os usuários que fizeram estas falas relatando experiências de racismo cotidiano, e racismo institucional, e até mesmo a fala estereotipada acerca dos dependentes químicos, são homens negros. Neste contexto há duas tendências a serem problematizadas, o exercício de politização do acesso à saúde, que foi o propósito do encontro, de forma que se desconstrua qualquer possível conduta de negação de autocuidado por parte desses homens negros, que podem vir a ser prejudicar, caso se deixem influenciar por esteriótipos de gênero, pois como é bem abordado no artigo “Homens e Proteção Social: desafios para a Política Nacional de Assistência Social”:

Modelos de masculinidade que valorizam demonstrações de coragem e de força, a ocupação do espaço público,(...), tendem a fazer com que os homens se exponham mais a riscos, comprometendo sua saúde e a dos demais. Homens atrelados a esses modelos tendem a buscar menos os cuidados em saúde e tem pouca participação na esfera reprodutiva (CAMPOS & CAVALCANTI & NASCIMENTO, 2019, p. 243).

A segunda tendência, consiste no fato de que, uma vez que este homem negro, visa buscar o serviço de saúde, ou qualquer outro serviço público, assegurado, pelo Estado, e pela Lei. Este mesmo homem negro, será retaliado, seja pelos segurança do estabelecimentos, que vão sinalizar muitas vezes de forma coercitiva, que ali não é seu lugar, seja pelas próprias equipes de saúde que naturalizam violências que corpos negros sofrem, na rua, em instituições, na família, e acabam por negligenciar múltiplos atravessamentos relevantes para a saúde integral daqueles homens.

Mesmo, na terceira fala “todo dependente químico é ruim, não tem um que salve”, me questiono até que ponto, essa fala não está motivada pela violência sistemática, a qual homens negros são submetidos, em qualquer espaço em que circulem, soma-se a isto, a projeção que exercem nos psicoativos, como fuga da realidade, em que são socializados, e revela-se que o conteúdo desta fala, é mais consequência do que causa, o cerne ainda é racial (FANON, 2008; SAAD, 2013).

Ao caminhar para o fim, o encontro encerrou-se com minha supervisora refletindo em cima da questão da discriminação e da fala polêmica do usuário, partindo da sua perspectiva de profissional que atua na saúde e nessa área. Desenvolvendo sua fala, ela disse sobre como esse estereótipo é danoso e não condiz com a realidade, trouxe exemplos de tantos casos que ela atendeu e acompanhou que responderam ao tratamento de forma muito positiva, e que foi um

trabalho árduo, contínuo e repleto de empecilhos, mas que são capazes de serem superados, e que exercer seus direitos e exigir que os mesmos se cumpram é fundamental para isso.

Apontou como é dever dos profissionais da saúde realizarem suas funções e servir ao público, que em situações de violação os mesmos devem ir à ouvidoria da SMS ou buscar equipamentos jurídicos para a resolução de tais questões, em último caso. Por fim, enfatizou a questão da coletividade, e como isso se manifesta muito forte na saúde, mas eles podem estender a luta por direitos para todas as áreas.

Nota-se que a formação profissional desempenha um papel importantíssimo, para que os assistentes sociais, ou qualquer profissional que lide com a população, especialmente, a população negra, realize intervenções, minimamente, efetivas. Porque sob as condições que tal população enfrenta, cotidianamente, e institucionalmente, evidencia-se que sempre haverá trabalho a ser feito, seja investigativo, interventivo, analítico ou interdisciplinar.

A categoria profissional do serviço social por estar relacionada e emergir em um contexto de necessidade de legitimidade e controle social, da classe dominante para a classe dominada, tem muito a contribuir com essa mediação de relações existentes na sociedade de classes, sendo elas de gênero, sexualidade, classe e étnico-raciais.

Quadro 3: Identidade

Identidade

O dia na unidade iniciou-se com uma palestra sobre extensão universitária e suas atividades, na qual, as profissionais de vários núcleos do HESFA (Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis) foram convidadas, dentro eles o núcleo de álcool e outras drogas, núcleo de atenção a pessoas com HIV, a palestra coordenada por um professora universitária da UFRJ, destacou o propósito e relevância dos projetos de extensão, e relação com a sociedade, através de dinâmicas, apresentação de slides, e entre outras atividades. Esta ponta da tríade universitária, é elemento fundante da formação profissional, pois nos coloca em uma interdependência com a produção de conhecimento que é produzida pela comunidade, afinal o senso comum não é exclusivo das camadas populares, e a articulação dos saberes não é exclusiva da universidade, sendo assim, a extensão viabiliza uma troca entre estes pilares. Durante a tarde, as atividades que fiz foram de cunho burocrático, porém, me desafiaram enquanto profissional em formação com a realidade com que me deparei. O BDPE, que é a ficha que expliquei sobre no último diário de campo, e é preenchido a cada sessão tem sido preenchido por mim, mas o procedimento é o de copiar os dados que já foram respondidos pelo usuário e constam tanto no prontuário quanto na planilha que mapeia todos os usuários que já acessaram o serviço da NPRAD. De todos os indicadores que estão no BDPE, na planilha ou no prontuário, raça/cor é o único que não é preenchido em quase nenhum desses documentos. Além disso, o perfil do usuário realizado pelos residentes da NPRAD, no ano de 2018, constataram a mesma condição. Marcadores como: sexo, território, idade, alfabetização, estavam preenchidos, enquanto raça/cor, constava 100% como não informado. A única coisa que se passava na minha cabeça, após folhear todo aquele “levantamento” foi: irresponsabilidade. Como assim, residentes formados, com uma certa bagagem de experiência profissional, realizam um mapeamento, e negligenciam um dos principais fatores de grupo social, e o mais evidente naqueles usuários, pois como explica Frantz Fanon, o negro é refém de sua aparência. Na mesma direção, me questionava como Silvío Almeida com seu livro Racismo Estrutural, tinha tornado-se referência bibliográfica das aulas de Orientação e Treinamento Profissional, naquele mesmo ano, porém um levantamento no campo de trabalho feito por residentes formados por esta mesma instituição, conformaram-se com invisibilização das relações étnico-raciais naquele espaço de materialização de cidadania. E se levarmos em consideração, o Código de Ética que estabelece compromisso de nós profissionais, com o combate às opressões como o racismo, estes profissionais contribuíram com o racismo institucional, pois se este marcador é minimizado, como não presumir que as práticas discriminatórias que os usuários se queixam em unidades de saúde não estão vinculadas a isto? Ou que são praticadas por componente da equipe? Este foi um breve resumo do que em brasas encontrava-se meu orí, ao acessar documentos que deveriam resguardar informações essenciais. Como ocorre, as terças-feiras, antes de encerrar o expediente, minha supervisora se reuniu com as residentes de enfermagem, psicologia e serviço social, e, como de praxe, me convocou para participar. Enquanto discutia-se sobre encaminhamentos dos últimos usuários atendidos, dentre outras demandas. Eu escutava seus pareceres, simultaneamente, querendo construir o melhor raciocínio para expressar a problemática em torno da ausência do quesito raça/cor documentos daqueles usuários. Apesar da ansiedade, e receio por ser o único negro naquela reunião, consegui elaborar minha percepção por último, quando todos já haviam se expressado. Questionei porque raça/cor era o único indicador não preenchido nos materiais de posse da unidade, e relatei precisamente como a falta de dados, revela uma deficiência para a execução e planejamento de intervenções para todos que compõem a equipe. Ainda expliquei, como realizar a pergunta do quesito raça/cor durante o atendimento, de forma natural e objetiva, do mesmo modo, que se pergunta dados de qualquer natureza, evitando assim constrangimentos desnecessários. As profissionais acolheram minha demanda, e assinalaram realmente ser uma conduta a ser trabalhada, minha supervisora disse que informaria os outros profissionais da equipe que também fazem a triagem e atendimentos, sobre tal demanda, meu turbilhão de sentimentos aliviou-se, e deu lugar a dúvida, seria mesmo esta demanda incorporada e mantida por aquela equipe efetivamente?

Extrato do Diário de Campo de Estágio. Anotações pessoais para acompanhamento do processo pedagógico de Estágio Obrigatório (PEREIRA FILHO, 2019).

Como elaborei neste relato em específico, houve o tensionamento entre o Paulo profissional e o Paulo pessoa, que de forma nenhuma estão desvinculados, porém, ser o único negro em uma equipe, e ainda mais, na posição hierárquica mais frágil, a de estagiário, me provoca gatilhos, principalmente por saber, que sendo um homem negro, minha realidade está muito mais para meus iguais, que são os usuários atendidos, do que para uma equipe de profissionais que eu faço parte. O que corrobora com a minha insegurança em executar as atividades que devo executar enquanto estagiário, diante de um ambiente em que é predominantemente branco, de forma que fazer determinados tensionamentos, apontando o racismo institucional, pode me acarretar prejuízos, porque, como em todos lugares, são os brancos que comandam a dinâmica institucional e organizacional, e o fazem com pleno uso da hierarquia (EVARISTO, 2014; ALMEIDA, 2018).

De qualquer modo, é exatamente o meu lugar no mundo que providenciou a minha resposta para o racismo institucional presente ali, me posicionando e cobrando esta compromisso ético-político. Aliás, para além de uma corporalidade negra, sou pesquisador justamente do campo de relações étnico-raciais, além do próprio serviço social e da saúde. As autoridades brancas que possuem o poder hegemônico tendem a silenciar a população negra acadêmica e profissional, colocando os estudos e intervenções que negros e negras produzem, como um produto de âmbito pessoal e particular, e isto nada mais é que a prática do epistemicídio. Tanto que o racismo por manifestar-se como a espinha dorsal da sociedade ocidental, que torna-se primordial, a racialização das correlações de forças existentes na sociedade.

É desta forma, que me encontro em uma encruzilhada epistêmica, sendo um homem negro cis, cuja formação profissional de assistente social, precede a interdependência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, do serviço social, pois a base da minha atuação deve ser a formação social da sociedade moderna, embasada no racismo. Sob, o manto da raça, em conflito com a tecnologia do racismo, que as fomentam-se vivências coletivas, inseridas em dimensões econômicas, políticas, filosóficas, e sociais de sujeitos, em que a produção do conhecimento sistemático para que sejam materializadas transformações societárias significativas, devem partir deles mesmos. O exercício profissional, epistemológico e político ganha forma em proposições coletivas, de acordo com a pluriversidade, a

chave para romper com a universalização branca, racista, que homogeneíza, ao mesmo tempo que higieniza nossos corpos. (FANON, 2008; EVARISTO, 2014; ALMEIDA, 2018)

“Entre o mundo e eu”, é uma obra escrita por Ta-nehisi Coates (2015), é a forma que o autor encontra de dialogar com se filho, e ajudá-lo em seu processo de consciência racial, que conforme o tempo passa, e o menino cresce, se torna mais denso e complexo compreender como é ser um homem negro na sociedade estadunidense. Ta-nehisi (2015) enfatiza o fato de que precisa que seu filho entenda este processo de forma nua e crua, mas com cautela também para não traumatizá-lo. Mas seu grande dilema enquanto pai, é ter a infeliz certeza, que se ele não o prepará-lo. A sociedade racista, irá pressioná-lo até a quebra (COATES, 2015).

No decorrer de seus registros e relatos, ele pontua o episódio de quando o filho viu nos noticiários, que os assassinos de Michael Brown seriam libertados, apesar de toda a desumanização que praticaram sobre este homem. E como isso foi um divisor de águas, devido a gravidade e imprevisibilidade, típica do racismo que constrói a violência como atmosfera para homens negros.

Eu não esperava mesmo que isso fosse acontecer. Mas você era jovem e ainda acreditava. Ficou acordado até as onze horas naquela noite, esperando pelo anúncio de um indiciamento — e quando foi anunciado que não haveria nenhum, disse: “Vou indo”, foi para o quarto, e eu o ouvi chorar. Fui atrás de você cinco minutos depois e não o abracei, não o consolei, porque achei que seria errado consolá-lo. Não lhe disse que tudo ficaria bem, porque nunca acreditei que tudo ficaria bem. O que eu lhe disse foi o que seus avós tentaram me dizer: que este é seu país, este é seu mundo, este é seu corpo, e você tem de encontrar algum modo de viver dentro de tudo isso. Estou lhe dizendo agora que a pergunta de como se vive dentro de um corpo negro, dentro de um país perdido no Sonho, é a pergunta da minha vida, e a busca pela resposta a essa pergunta é, afinal, a resposta em si mesma (COATES, 2015, p. 21).

O não-lugar projetado para homens negros, independe de geração, atinge Ta-nehisi e seu filho, desde a infância, assim como os usuários Mar e Nuvem (nome fictício registrado no relato), citados nos quadros 1 e 4, que são homens negros idosos. De fato, são correntes e açoites que datam de séculos, e perseguem geração por geração que descende de sangue africano e negro (FANON, 2008; DIOP, 2014).

Quadro 4: Autonomia

Autonomia

Nuvem¹ é um usuário que tem movimentado a equipe da NPRAD, os esforços têm sido para localizá-lo há algum tempo, pois ele é acompanhado pelos profissionais da unidade faz alguns anos, porém ele estava ausente, recentemente, até que minha supervisora descobriu ao contatar as demais instituições da rede, que ele havia dado entrada no Souza Aguiar por ter sido atropelado por um ônibus, o qual não prestou nenhum socorro. Neste tempo em que esteve internado, houveram algumas violências institucionais que ele esteve submetido, tendo a urgência de seu caso negligenciada. Realidade que acomete o maior setor de emergência hospitalar da América Latina, e demais unidades de saúde, por causa do sucateamento do Sistema Único de Saúde, que necessita de maiores investimentos, de fundo público, uma vez que estão superlotados, com demandas desproporcionais, à capacidade de suporte médico-hospitalar de atendê-las, seja por questões de infra-estrutura, suporte técnico, e também falta de gestão. Afinal, a necropolítica e o racismo institucional se retroalimentam, de forma a vulnerabilizar vidas negras, em contextos de formação profissional, direitos sociais, mercado de trabalho, e saúde, o que vulnerabiliza estes corpos, estabelecendo-os como corpos matáveis, por serem racialmente desumanizados, há séculos. Nuvem tornou-se mais um usuário, a ser alvo de violências institucionais, que este contexto favorece, na ala em que esteve internado, levou horas para ser operado, e 3 dias após sua primeira cirurgia, o médico queria lhe dar alta, mesmo havendo a necessidade dele ter que passar pelo setor de cirurgia plástica ainda, pois as camadas da pele da perna que havia operado ainda estavam expostas, e produzindo pus. Após algumas semanas, quando finalmente Nuvem retornou a unidade, atestamos que realmente a situação da perna precisava de mais cuidados médicos, ele estava se dirigindo a clínica da família, ali perto, para que as enfermeiras realizassem seu curativo, mas, Nuvem, é um homem negro em situação de rua, desde a sua adolescência, que ele vive nas ruas, e esta condição o expõe a mais perigos e dificulta sua recuperação. No seu atendimento, ele atualizou o serviço social de todo o ocorrido de seu atropelamento, descrito anteriormente, e como encaminhamento, iniciamos o processo de entrada em benefícios, eu realizei o seu cadastro na rede do INSS, naquele mesmo dia, e por Nuvem ser analfabeto, tive que criar não só um cadastro com senha, bem como um e-mail para que pudéssemos cumprir a burocracia, já que este procedimento devia ser realizado antes de chegar à agência do INSS, assim o fiz, mesmo diante de alguns conflitos relativos ao seu tempo de trabalho, tempo de contribuição do INSS, e tempo de carência que são algumas respostas que precisam bater com o registro do INSS, se não, torna-se inviável finalizar o cadastro. Como Nuvem trabalha desde cedo, e sua principal função se deu como operário no setor de construção, ele teve um rotatividade muito grande em relação às empresas que trabalhou, e um tempo de trabalho nestas empresas muito curto e instável, variava em torno de 6 meses a 10 meses, algumas vezes variando para mais ou para menos que isto, e as perguntas que o sistema faz demandam precisão, mesmo tendo levado alguns dias até checarmos todo o seu levantamento previdenciário, e conseguirmos conectar as peças, na mesma semana, terminamos este encaminhamento, sendo assim, foi marcado sua ida ao INSS, para realizar a perícia e solicitar o auxílio doença. Minha supervisora também conversou com ele sobre a possibilidade de abrigos da prefeitura para pessoas idosas, porém ele negou todas as tentativas em que ela propôs isto. Segundo ela, é praxe que os abrigos municipais não são bem vistos pela população em situação de rua, e há que se respeitar o poder de escolhas, uma vez que somos todos sujeitos sociais.

Extrato do Diário de Campo de Estágio. Anotações pessoais para acompanhamento do processo pedagógico de Estágio Obrigatório (PEREIRA FILHO, 2019).

Os projetos governamentais construídos historicamente, para as distintas áreas da vida social como: educação, saúde, segurança pública, são precisamente excludentes para com a população negra. Na transição de modo de sociabilidade, do escravismo para o capitalismo, durante a República Velha, elaborou-se um Código

Penal, antes mesmo de estabelecer-se uma Constituição Federal. A base desse pensamento punitivista se dá através da lógica de que, uma vez que o projeto higienista de embranquecimento não deu certo, e o genocídio da população negra necessita ser mantido em curso, cria-se novas formas de punição e controle, em uma sociedade, supostamente livre, porém forjada na escravidão, e que veementemente, recusa a concessão de possibilidades a população negra “livre”. Logo, para certificar-se que os negros e negras irão permanecer em posições inferiores e de subjugação, o braço do Estado, consolida-se com estratégias de garantia da discriminação, criminalizando a população negra, por um estereótipo de vagabundos, ociosos e malandros (ARAÚJO, 2004; SAAD, 2013; NASCIMENTO, 2019)

É possível identificar que as práticas de racismo institucional datam desde esse momento histórico, e que materializam-se na realidade dos usuários da NPRAD, apontados por eles mesmos nos Grupos de reflexão, e respaldado pela análise dos diários de campo, presente neste projeto, são homens negros (pretos e pardos) o perfil predominante do serviço da NPRAD.

O projeto societário e hegemônico em curso na sociedade contemporânea, denominado neoliberalismo, consiste na desvalorização de serviços públicos, sucateamento do patrimônio público, a medida em que permite que o setor privado se expanda, alcançando a administração de repartições públicas, como é o caso da atenção básica do Rio de Janeiro que atualmente, está sob a operacionalização de Organizações Sociais(OS), administrando uma política de saúde, que é pública, e cada vez mais tem sido descaracterizada, desde sua implementação, que acaba por discriminar e produzir morte sobre os corpos matáveis (MBEMBE, 2018, NASCIMENTO, 2019).

Os modelos de saúde em disputa, e em vigor, não centralizam uma agenda que priorize a saúde da população negra, mesmo havendo uma política que reconheça a transversalidade desta pauta. A PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que é definida como essencial para o combate ao racismo, valorizando a prevenção e promoção da saúde da população negra no Brasil, alicerçada no valor da equidade (DAGEP, 2017).

Tal política contém informações que indicam os condicionantes sociais que foram conformados para a população negra, já que, em muitos contextos de crises

sanitaristas até então, as doenças que ameaçavam em maior medida, os negro-africanos, foram menosprezadas pelas classes hegemônicas. O genocídio da população negra, é atravessado por questões como o nutricídio, racismo ambiental, bem como o racismo institucional que, em primeira instância, utiliza-se de normativas jurídicas e organizacionais, para manter o cenário de desigualdade de acesso, aos serviços de saúde, e o próprio desmantelamento de hospitais e universidades, fazendo com que, os profissionais inseridos, acatem a lógica neoliberal, e colaborem com corte de direitos sociais (ARAUJO, 2004, NASCIMENTO, 2019).

No atual momento do desenvolvimento das forças produtivas, é justamente, nesse âmbito de normas e regras institucionais, que as pessoas se tornam indivíduos sociais, e não sujeitos, pois tais normas vem para regular a exploração, e pregar ideias individualistas e meritocráticas, fazendo com que estes indivíduos sejam responsabilizados pelas violências que a estrutura colonial, e agora, social, lhes imputa. Assim, consolida-se um pacto social, que produz uma sociabilidade comportamental, nas relações interpessoais, com trabalho, corpo, saúde, natureza que é do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. Ocorre o adoecimento biopsicossocial dos negros e negras, em um estágio societário que insiste em confirmar que a civilização construída as custas desses corpos, classifica-os como os condenados da terra (EVARISTO, 2014, MBEMBE, 2018, NASCIMENTO, 2019).

A Política Nacional de Saúde da População Negra, reconhece o racismo como um determinante social que pode conduzir ao adoecimento e/ou agravá-lo. Contextualizando no campo de álcool e outras drogas, isto se manifesta desde a escravização, por exemplo, a maconha foi popularizada, no auge da ciência eugenista, como fumo de Angola, ainda que seja originária do continente asiático. Tal fato, se dá porque a maconha no continente africano, era utilizada com fins de rituais espirituais, e com o trânsito forçado dos povos africanos, para a construção de uma nação racista, as alterações que a erva causa no corpo temporariamente, foram utilizadas como precedentes para reforçar que o que deriva dos povos africanos é vil, e nocivo, colocando-os como degenerados, e por isto, impossibilitados de ser racionais e gozarem de status de cidadão como os colonizadores europeus e seus descendentes. Desta forma, a ciência e a medicina da época com seus

representantes racistas, construíram raciocínio de que vícios e o comportamento desviante que eles produzem são um mal inerente à população negra empobrecida, daí decorre o estigma discriminatório que recai sobre os usuários de psicoativos, atraindo para suas realidades mais formas de sofrimento, desencadeado pelo racismo (ARAÚJO, 2004, SAAD, 2013, NASCIMENTO, 2019).

Provavelmente a área onde o uso cultural da maconha é mais extenso é no continente africano, onde a cultura canábica há séculos existiu como parte integral das cerimônias religiosas e fazia parte da vida dos nativos quando o europeu chegou nas primeiras expedições. A prática observada inicialmente foi a queima de grande quantidade de erva em brasa quente ou em equipamentos de defumação, quando os africanos reuniam-se ritualisticamente em grupo – normalmente em círculo – e inalavam a fumaça. Em outras ocasiões a planta era queimada em um altar e a fumaça absorvida por canos. Quando o uso se expandiu as técnicas foram ficando mais elaboradas e foi desenvolvida uma grande variedade de cachimbos, tubos de bambu e cumbucas de coco (SAAD, 2013, p. 113).

Considerando a formação social brasileira, conforme exposto, parte-se para a descontinuidade no tratamento de saúde dos usuários AD da instituição da NPRAD/HESFA. A complexidade de expressões que os atingem e impedem que possam cumprir seu tratamento com regularidade, perpassam questões como: desemprego estrutural, falta de renda, falta de acesso a benefícios ou programas sociais, dificuldade de se locomover diariamente pelo território, violência policial e urbana, recaídas por habitarem em ambientes em que há forte fluxo de uso de psicoativos, quadros de sofrimento psíquicos agravados e rede de apoio frágil ou inexistente.

Tais fatores são indissociáveis da categoria de raça. Ao analisar o perfil dos usuários da NPRAD/HESFA, é imprescindível denominar quem são esses sujeitos, porque os mesmos, através dos Grupos de reflexão, mediados pelo serviço social, manifestam continuamente que a discriminação é constante ao acessar os serviços do Sistema Único de Saúde, como: Hospitais, Clínicas da Família, postos de saúde e etc. Portanto, o conceito trabalhado por Silvio Almeida (2018), racismo institucional, é de extrema relevância, assim como a centralidade dele no debate acadêmico-profissional, e a formulação de estratégias de intervenção para combater a realidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão objetiva que cerca os corpos de homens negros, na contemporaneidade, fundamentam-se na expropriação de riquezas produzidas por homens negros e mulheres negras que tem raízes históricas, na condição de escravizados/as, em que os senhores e senhoras de escravizados/as, se apropriaram do excedente produzido pelo trabalho escravizado, e foram constituindo-se enquanto a classe burguesa, que detém acesso as esferas da vida social, e ao poder econômico, político e hegemonia nos campos ideológicos e epistemológicos.

Em termos de subjetivação, a população negra, foi localizada no não-lugar. O não-lugar é a zona construída pela supremacia branca, baseada no maniqueísmo delirante, que estabelece tudo o que é socialmente bem quisto fazendo alusão a branquitude, sendo assim, o não lugar compreende o pólo negativo dessa fórmula, imposto sobre as subjetividades e corporiedades de negros e negras. Incapaz de ser reconhecido como tal, a única proposta viável para o devir negro, é romper com os princípios ocidentais, isto significa que o colonialismo foi o responsável por desenvolver o complexo de inferioridade dos negros em relação aos brancos, recorrentemente, induzindo-os a querer alcançar o patamar ocupado pela branquitude.

Aos homens negros, este não lugar possui mediações específicas que perpassam a construção da sua imagem como perigoso, bruto, primitivo, inimigo da modernidade, sendo reconhecida apenas para executar o trabalho da base produtiva do sistema, contribuindo com o desenvolvimento das forças produtivas, e em suas lutas por sua autonomia objetiva e subjetiva, recebe como resposta intervenções coercitivas do Estado Penal, que acompanha estes sujeitos desde o colonialismo.

As masculinidades negras, derivam deste processo da dialética presente nas correlações de forças sociais, em que suas trajetórias são tensionadas por violências institucionais, fundamentadas no racismo e nas desigualdades sociais materializadas pela contradição capital/trabalho, que vão submetê-las a uma posição subordinada, devido a prevalência da masculinidade hegemônica. As dinâmicas de opressão patriarcal, racista e heteronormativa vão excluir corpos que vivenciam a masculinidades sob outros parâmetros, de cor, identidade de gênero e sexualidade. Expressões do racismo estrutural como: a densidade demográfica, escolaridade, emprego e desemprego, segregação espacial vão compor variáveis que atravessam

os corpos destes jovens, suas demandas e objetivos enquanto ser social que podem dispor ou não de estabilidade econômica e acesso a direitos sociais.

O trabalho se propôs a reconhecê-los como agentes, elucidando seus processos de resistência dos homens negros da diáspora brasileira, que expressam-se desde a formação dos quilombos, a produção de éthos, como a capoeira, a cultura hip hop, e as tradições de oralidade e espiritualidade, mantidas pelo Candomblé, e Umbanda.

No que tange ao tratamento estatal projetado para homens negros que são o perfil do usuário do meu campo de estágio, é importante elucidar os índices alarmantes de violência policial que sofrem, devido a não tipificação legal do que configura uso pessoal de psicoativos e o que configura tráfico de drogas. Esta variável, abre precedentes para a seletividade penal que fica a cargo de decisões subjetivas e abordagens racistas, uma vez que todas as instituições responsáveis por punir, direcionam o padrão de criminoso e tendência à malandragem aos homens negros.

Os instrumentos de diário de campo, utilizados aqui, tem o propósito de evidenciar realidade contemporânea que trazem mediações da realidade social, para refletirmos sobre elas, bem como fazer coro ao debate desse tema das masculinidades subordinadas no bojo de relações étnico-raciais – tema que tem sido tardiamente pautado no interior do Serviço Social, e que necessita ser aprofundado e apropriado por todos(as) os(as) profissionais. Então, reconhecer a transversalidade das relações étnico-raciais para a construção de intervenções nos espaços sócio-ocupacionais, em que se expressam majoritariamente as demandas da população negra, que foi historicamente empobrecida, violada, subalternizada e condicionada a subempregos, trabalhos informais e condições precárias de vida.

A questão é que humanizar a população negra, demanda radicalidade e autonomia, uma vez que a história e ancestralidade preservou parâmetros afrocentrados, que podem ser a referência de humanidade e valores, pois partem de um local orgânico e familiar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 20, n. 2, p. 513-523, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Mai. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo estrutural?**. Coleção: Feminismos plurais. Editora: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Feminismos Plurais. Letramento, 2018.

ARAÚJO, Carlos. **O Duplo Cativo: Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790 – 1821**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 2004. xi, 157 p. il. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS – Departamento de História.

AZEVEDO, Célia Maria M. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: BENTO, Maria A. S.; CARONE, Irany. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?**. Coleção: Feminismos plurais. Editora: Letramento, 2019.

BRASIL. **Artigo 1.723**. Lei nº 10.406. Código Civil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. 1890.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília - DF, 2017. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAMPOS, Daniel de S.; CAVALCANTI, Ludmila F.; NASCIMENTO, Marcos. **Homens e Proteção Social**: desafios para a Política Nacional de Assistência Social. O Social em Questão - Ano XXII - nº 43 - Jan a Abr/2019, p. 239-256.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.

COATES, Ta-nehisi. **Entre o mundo e eu**. Tradução: Paulo Geiger. Objetiva, 2015.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. Rev. Estudos Fem., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Abril. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CPI do assassinato de jovens do Senado apresenta relatório nesta quarta-feira. **Século Diário**. Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/direitos/cpi-do-assassinato-de-jovens-do-senado-apresenta-relatorio-nesta-quarta-feira/>>. Acesso em: 15 de abr. 2021.

CRISTAL. **Ambição**. Letras. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/emicida/trabalhadores-do-brasil/>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE SOUZA, Rolf M. **Falomaquia**: Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade do Ocidente. *Antropolítica*. Niterói, n. 34, p. 35-52, 1. sem. 2013.

DIOP, Cheikh A. **A unidade cultural da África negra** - esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

EMICIDA. **Trabalhadores do Brasil**. Letras. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/emicida/trabalhadores-do-brasil/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon e a mental brasileira diante do racismo. In: MAGNO, P.C.; PASSOS, R.G. **Direitos Humanos, Saúde Mental e Racismos**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Estudos Jurídicos, Coordenação de Defesa Criminal, Rio de Janeiro, 2020.

FAUSTINO, Deivison. **O pênis sem o falo**: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Cadernos de Análise, out. 2015.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe 2 (2000): 188-198.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias**. Ministério da Justiça, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/>

atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 11 de março de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENZINGER, Miriam; VIEIRA, Joyce. **Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social**. Emancipação, v. 12, n. 2, 14 mar. 2013.

LOWKEY Tripping (Temporada 4, ep. 7). **Insecure** [Série]. Direção: Jay Ellis. Produção: Issa Rae. HBO, 2020.

MARINI, Ruy M. **Dialética da dependência** In: Vida e obra. Expressão popular. 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENDONÇA, Heloísa. **Na véspera da Consciência Negra, cliente negro é espancado até a morte em loja do Carrefour em Porto Alegre**. El País, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-20/na-vespera-da-consciencia-negra-cliente-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-loja-do-carrefour-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

OLHOS que Condenam. Produção: AvaDuVernay. Intérpretes: Asante Blackk, Caleel Harris, Ethan Herisse. Roteiro: AvaDuVernay Estados Unidos. Netflix, 2019. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80200549>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais. **Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos**. Governo Federal. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

PASSOS, Rachel G. **Holocausto ou Navio Negroiro?** Inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Revista Argumentum, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

RAMOS, Guerreiro. **Patologia social do branco brasileiro**. Jornal do Comércio, 1955.

RATTS, Júnior. **O pênis fala coisas que eu não sei dizer**: para pensar em uma nova história do masculino. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Periódicus, Salvador, n. 6, v. 1, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Global, 2015.

RIBEIRO, Leonardo; FREITAS, Régia. **Bixas pretas**: subjetividades sobreviventes. In: Ciências Sociais Aplicadas II: saberes interconectados. Salvador. Editora Mente Aberta, Abril, 2020.

SAAD, Luísa G. **Fumo de negro**: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13691/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20LUIISA%20SAAD.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2021.

SANSÃO, Luiza. **O primeiro e único condenado das manifestações de junho de 2013**. Ponte, 2015. Disponível em: <<https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SILVA, Marcos. da S. e. **O banzo, um conceito existencial**: um afroperspectivismo filosófico do existir-negro: Array. Griot : Revista de Filosofia, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 48-60, 2018. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.809. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/809>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SISTEMA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos. **Negros no trabalho**. São Paulo, n. 1, 2013. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odysseus, 2003.

SOUSA, Neusa S. **Tornar-se negro ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2a edição, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Núcleo de Atenção a Pessoas com Problemas de Álcool e outras Drogas**. HESFA, Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis. Disponível em: <<https://hesfa.ufrj.br/index.php/nucleo-de-atencao-as-pessoas-com-problemas-de-alcool-e-outras-drogas>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

WALKER, Alice. **If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?** In: In Search of Our Mothers Garden. Ed Harcourt Brace Jovanovich, New York, 1983. COSTA, J. V. DA; GUINDANI,

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Companhia editora Americana. Rio de Janeiro, 1. ed. 1975.